

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Mestrado em Arqueologia

**Distribuição espacial dos povoados fortificados no I milénio a.C. no
alto Ave**

**Dissertação de Mestrado apresentada
por Orlando Miguel Fonseca Fernandes**

Porto, Setembro de 2010

Índice

1 – Introdução	2
2 – Enquadramento Geral da Bacia Hidrográfica do Rio Ave	4
2.1 – Limites Geográficos	7
2.2 – Geomorfologia do alto Ave	8
3 – Antecedentes Históricos	17
3.1 – Calcolítico	17
3.2 – Aspectos gerais da Cerâmica Calcolítica:	20
3.3 – Povoados Calcolíticos	20
3.4 – Bronze Final, C. 1500/1300 – 800 a.C.....	24
3.5 – Povoados da Idade do Bronze	25
4 – Aspectos gerais da Cultura Castreja	28
Fase I – Formação da Cultura Castreja	29
Fase II – Desenvolvimento dos povoados fortificados	31
Fase III – Apogeu e decadência da cultura castreja.....	33
4.1 – Balneários Castrejos	36
5 – Estátua sedente do castro de Lanhoso	45
6 – Metodologia	49
7 – Catálogo dos povoados fortificados	51
I – Vieira do Minho	53
II – Póvoa de Lanhoso	59
III – Guimarães	78
8 – Considerações Finais.....	86
9 – Bibliografia	87
10 – Anexos	98

1 – Introdução

(...) o meio influencia o homem, para logo de seguida ser por ele influenciado e transformado, na medida das suas técnicas e filosofia.

(Brito 1993, 19)

Para a realização desta Dissertação de Mestrado em muito pesou o nosso gosto pela proto-história, aliado ao facto de termos crescido na região do alto Ave.

António Pereira Dinis, em 1993, iniciou o estudo de Ordenamento do Território do baixo Ave no I milénio a.C. (Dinis 1993). Assim é nosso objectivo completar a restante parcela da bacia do Ave, denominado como alto Ave.

Para a região do alto Ave, o estudo da proto-história nos dias de hoje é muito incipiente. Ainda nos cruzamos com muita informação solta do trabalho pioneiro desenvolvido, nos finais do séc. XIX, por Francisco Martins Sarmiento. Não queremos com este módico trabalho estabelecer qualquer comparação com o do arqueólogo vimezanense, mas sim reunir de uma forma organizada a informação dispersa relativa aos povoados fortificados do alto Ave.

Outro motivo para a escolha deste tema foi lançarmos o mote a futuros trabalhos a desenvolver nesta vasta região, “centro da cultura castreja”. Com estes futuros trabalhos o estudo da proto-história local pode representar a solução para alguns problemas que a Arqueologia ainda não resolveu.

Este estudo de revisão, com cartografia precisa, elaboração de um catálogo pormenorizado dos povoados fortificados proto-históricos da região, pode funcionar como

ferramenta auxiliar à execução de Cartas Arqueológicas das regiões abrangidas pelo nosso estudo.

Queremos manifestar o nosso agradecimento a todas as pessoas que de uma forma ou outra contribuíram para a realização desta obra.

Ao impulsionador deste trabalho, e conseqüente orientador, Prof. Doutor Armando Coelho Ferreira da Silva, que em muito nos encorajou. Pelos inúmeros esclarecimentos e sugestões que nos foi transmitindo no decorrer da elaboração desta obra.

À família que esteve sempre do nosso lado, apoiando-nos e incentivando-nos.

Não podíamos deixar de agradecer à Mariana Sá Pereira, Historiadora da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, pelas informações prestadas e disponibilidade em visitar alguns dos sítios.

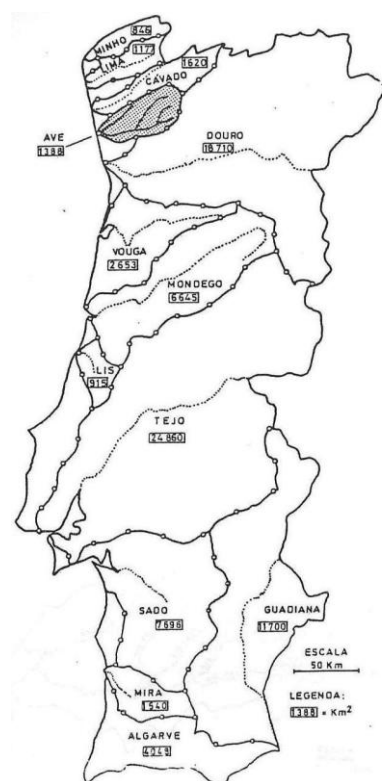
Francisco Faure, Arqueólogo da Câmara Municipal de Guimarães, pelos esclarecimentos prestados.

Finalmente, para não correr o risco de nos esquecermos de alguém, o nosso muito obrigado a todos os amigos.

A todos, MUITO OBRIGADO.

2 – Enquadramento Geral da Bacia Hidrográfica do Rio Ave

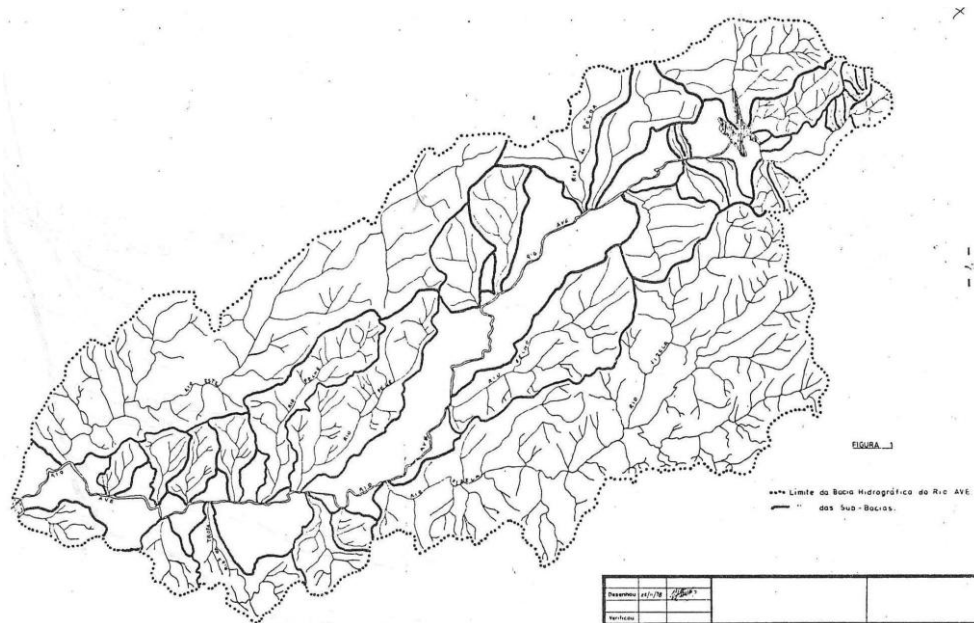
O rio Ave tem origem em pleno território minhoto, corre desde as encostas da Serra da Cabreira, concelho de Vieira do Minho, distrito de Braga, até à foz em Vila do Conde, distrito do Porto, percorrendo um trajecto de aproximadamente 95 km. No percurso inicial, corre o território no sentido Nordeste para Sudeste, passando posteriormente a correr no sentido Oeste já no concelho de Santo Tirso, até desaguar no Oceano Atlântico (Mapa I).



Mapa I – Localização da bacia hidrográfica do Ave (LNEC 1986, 4)

A sua bacia hidrográfica localiza-se na faixa costeira da região Norte de Portugal Continental, ocupa uma área de 1390 km² ocupa 1,5 % da área do território nacional. A densidade populacional nesta área é de cerca de 160 hab/km² (Araújo 1990).

A Norte o Ave é limitado pela bacia do rio Cávado (1589 km²), a Este pela bacia do Rio Douro (97682 km²) e a Sul pelas bacias do Leça (179 km²) e Douro (Mapa II).



Mapa III – Limites da bacia hidrográfica do Ave (CCRN 1979, 7).

O Noroeste Português é uma região com afinidades mediterrâneas, mas com forte influência Atlântica, por estas características apresenta um clima de temperaturas amenas, caracterizado por verões frescos e invernos suaves nas zonas costeiras e, por um clima continental com verões quentes e invernos frios no interior (LNEC 1986, 29).

Nos meses de verão é mais sentida a influência Mediterrânica, sendo as precipitações reduzidas, radiação solar intensa e atingem-se altas temperaturas. Já a influência Atlântica, por sua vez é mais sentida fundamentalmente nos meses de inverno, com maior incidência na zona Noroeste, as temperaturas são suaves, mas com fortes quedas pluviométricas. Esta influência é também o resultado da posição geográfica que ocupa, bem como da relativa proximidade com o atlântico, ainda a forma e disposição dos principais conjuntos montanhosos (*idem*, 29).

Ao longo da sua passagem, banha os Concelhos de Vieira do Minho (Nascente), Póvoa de Lanhoso, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso e Vila do Conde (Foz).

2.1 – Limites Geográficos

Esta obra compreende um trecho da região do alto Ave abarcando três concelhos. Os limites impostos para a elaboração deste trabalho são os seguintes (Anexo I).

Vieira do Minho

O limite Nordeste, na parte mais a montante do Ave, é delimitado pelas encostas da Serra da Cabreira, viradas ao Ave.

O limite Oeste passa pela freguesia de Tabuaças até Sra. da Lapa, Anissó (Sudoeste).

Anjos delimita a parte mais a Este até Guilhofrei (Sul).

Póvoa de Lanhoso

As vertentes voltadas ao Ave, da Serra do Maroiço, delimitam a parte Este. Desta montanha até ao monte de Gonça demarcam a zona mais a Sul.

O limite mais a Norte do concelho da Póvoa de Lanhoso impõe-se desde o Monte de Santa Iria, Campo (Noroeste), até à Serra de S. Mamede de Penafiel, Frades (Nordeste).

Guimarães

Da nascente do rio Selho, no monte de Gonça, pela sua margem direita até à confluência com o Ave.

Do Monte S. Romão (Citânia de Briteiros) até à ribeira de Agrela pela sua margem esquerda até à junção com o Ave nas Caldas das Taipas.

2.2 – Geomorfologia do alto Ave

O seu percurso inicial de montanha, enfrenta nesta fase declives entre 3,8 a 16,7 % nos primeiros 7 km, ao longo deste percurso desce até à cota de 400 m. Segue-se uma redução substancial do declive, de notar a excepção de um pequeno troço entre as barragens do Ermal e de Travassos, atingindo ainda o valor de 5,6 %. A partir da Albufeira das Andorinhas (Travassos), torna-se um rio com declives inferiores a 0,5 %, assumindo a partir deste ponto características de um típico rio de planície. Apresenta uma bacia alongada com um leito largo com curvas acentuadas, encontrando-se assim menos sujeito a cheias (*idem*, 8).

A região do nosso estudo enquadra-se nos climas de latitude média, encontra-se numa área de intensas colisões. As massas de ar tropicais que rumam de Sul para Norte colidem com as massas de ar polares que se dirigem Norte para Sul, provocando depressões ondulatórias contínuas com deslocamentos para leste (Pereira 2005, 33).

A latitude, o relevo, e a distância ao mar, são as principais causas da variação do clima de região para região. Dada a latitude do alto Ave podemos ainda englobá-la num subgrupo climático denominado clima marítimo de costa oeste, apresentando-se como um clima húmido, com precipitações abundantes em todos os meses do ano, sendo naturalmente registado o máximo no inverno. É uma região que está muito exposta aos ventos de oeste que transportam perturbações ciclónicas com massas de ar húmido e frio. Quanto mais nos deslocamos para os locais montanhosos, o efeito da orografia faz-se sentir através de abundantes precipitações anuais (*idem*, 33).

Em Portugal Continental, mediante a área onde nos encontramos, a precipitação regista valores diferentes. Estes valores tendem a acentuar-se onde o relevo é mais diferenciado. Nas terras de maior altitude chove mais, as zonas mais litorais e, principalmente, nas vertentes expostas aos ventos marítimos, chove menos nas depressões, sobretudo nas mais afastadas do litoral e abrigadas por relevos interpostos (Daveau 1995, 44).

A precipitação aumenta com a altitude, este fenómeno só se regista enquanto o ar conserva humidade suficiente. Assim sendo, no litoral as chuvas são frequentes mas

pouco intensas, à medida que penetramos para o interior montanhoso o impulso vertical que resulta do obstáculo do relevo provoca chuvadas muito fortes que podem, ocasionalmente, atingir cerca de 500 mm/dia (*idem*, 44).

De uma maneira geral, a precipitação está condicionada principalmente por dois factores: a posição média do designado Anticiclone dos Açores e de sistemas depressionários que se deslocam de Oeste para Este na circulação geral da atmosfera, diminuindo a sua actividade de Norte para Sul e do relevo.

O primeiro, pela posição média, apresenta um deslocamento periódico ao longo do ano, aproximando-se do Pólo durante o Verão e do Equador durante o Inverno, isto faz com que se origine uma variação pluviométrica. Temos então seis meses chuvosos na estação fria e seis meses secos na estação quente, característica que se enquadra no clima de influência mediterrânica. O segundo factor deve-se ao avanço de massas de ar ciclónicas carregadas de humidade não encontrarem logo na zona costeira um obstáculo à sua passagem, isto por culpa da disposição em anfiteatro das montanhas do Minho (Ribeiro 1989, 269).

Assim sendo, as massas de ar aproveitam os vales para penetrarem até ao interior montanhoso, como é o caso do vale do alto Ave, onde se registam elevadas quedas pluviométricas (LNEC 1986, 30).

Temos então na zona mais Ocidental da bacia uma precipitação média anual cerca de 1500 mm, este valor vai aumentando progressivamente para o interior montanhoso, chegando por vezes a atingir valores superiores a 3000 mm/ano (Pereira 2005, 35).

Mais de 40 % da precipitação anual cai ao longo dos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro, por vezes no mês de Maio também se registam elevados valores de precipitação. Contrariamente a estes valores, o mês de Junho, Julho e Agosto são os meses de menor precipitação, não excedendo no conjunto, 3,5% da precipitação anual. A pouca precipitação que ocorre nestes três meses de verão, deve-se à influência esporádica de depressões atlânticas em deslocamentos para leste (*idem*, 35).

A bacia do Ave foi sujeita a um estudo que consistia na medição da precipitação nos vários postos udométricos colocados ao longo do rio, até 1980 existiam oito postos

na bacia e nove circundantes. Os resultados eram satisfatórios, mas a cobertura do extremo Ocidental, era deficiente, na parte central, a ocupação destes postos era reduzida. Para colmatar essa falha, a partir de 1979/1980, foram colocados mais treze novos postos em actividade (LNEC 1985, 7).

A temperatura do ar regista um ritmo diário de aumento e descida das temperaturas, o que condiciona estes valores são os factores de ordem fisiográficos, nomeadamente a altitude, a exposição, a proximidade do mar, a natureza do solo e o seu revestimento.

O movimento de translação da terra em torno do sol origina o ciclo anual da temperatura e a inclinação do eixo terrestre gera variações anuais das temperaturas originando as estações climáticas. Quando se registam valores elevados, principalmente no Verão, estes apresentam uma certa irregularidade, pelo permanente conflito entre as depressões de origem Saarianiana, e as que se desenvolvem no interior da Península Ibérica. Estas depressões têm características comuns, nomeadamente serem muito secas e quentes.

Quando se atenua a depressão Saariana, ocorrem brisas marítimas que suavizam a temperatura e conferem alguma humidade. Por outro lado, se a depressão peninsular enfraquecer em relação à Saariana, ocorrem ventos extremamente quentes e secos do interior para o litoral, provocando assim as temperaturas máximas (LNEC 1986, 30).

Assim, os maiores valores de temperatura do ar ocorrem fundamentalmente sob a influência das seguintes condições meteorológicas: 1) Quando sobre a região sul da Península se estabelece à superfície uma depressão de origem térmica e nos anais da baixa troposfera uma circulação anticiclónica. Na circulação da referida depressão, são transportadas massas de ar tropical continental muito quente e seco. 2) Quando sobre a Península Ibérica se estabelece à superfície e em altitude um anticiclone que transporta na sua circulação massas de ar tropical continental quente e seco e com grande subsidência na baixa troposfera (*idem*, 31).

Contrariamente a isto, os menores valores da temperatura, que ocorrem principalmente no Inverno, verificam-se quando a Península Ibérica é invadida por massas de ar polar continental, seco e frio, transportadas na circulação de um extenso anticiclone

frequentemente centrado na Península Escandinava, mas do Norte, Europa Central ou Oriental que se estende em crista até à Península Ibérica. Nestas condições meteorológicas, o céu apresenta-se limpo ou pouco nublado o vento é geralmente fraco de Nordeste ou Leste, sendo situações favoráveis a intenso arrefecimento nocturno (*idem*, 31).

Um estudo elaborado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil em 1982 conclui que a temperatura média anual na maior parte da bacia hidrográfica do Ave situa-se entre os 11 e 13 °C, enquanto a restante área apresenta valores médios inferiores a 11°C.

Na região mais ocidental, apresentam-se valores superiores a 16°C, enquanto na região mais montanhosa desta bacia, registam-se valores inferiores a 10 °C.

Nos meses mais quentes, Julho e Agosto, as temperaturas médias rondam os 20 °C, nos meses mais frios, Dezembro e Janeiro, os valores variam entre os 7 e 8 °C (*idem*, 37).

O ciclo anual de temperatura tem um crescimento gradual de Janeiro (mês mais frio) até Julho (mês mais quente), passando a partir deste mês a uma diminuição gradual da temperatura até Janeiro. Entre os meses de Maio e Junho, e de Outubro e Novembro, é quando ocorrem as variações de temperatura mais acentuadas, que conseqüentemente leva a maiores amplitudes térmicas médias nesses meses (Pereira 2005, 36).

O Maciço Hespérico domina metade da parte ocidental da Península. Este foi dividido em várias zonas geotectónicas, inserindo-se a região em estudo na Zona Galiza e Trás-os-Montes. Esta grande unidade morfoestrutural é constituída por xistos argilosos, xistos calcários, mármore, grauwackes, quartezitos, filites, micaxistos, derrames diabásicos e porfírios, atravessados por possantes intrusões dioríticas e, sobretudo, graníticas (Ribeiro 1987, 8).

Estas intrusões graníticas, em especial as que ocorrem durante a orogenia hercínica, são as responsáveis pelos traços mais característicos à geologia da região em estudo, este fenómeno é responsável pelo metamorfismo das formações sedimentares paleozóicas, estão associadas às acções tectónicas mais relevantes daquela orogenia que tiveram lugar no final da Era Primária (LNEC 1986, 17).

É característico nesta fase os dobramentos das formações e uma importante actividade tectónica de fractura. Estas dobras que as rochas sedimentares sofreram apresentam uma orientação muito regular SSE a SE no Norte, passando para ESSE ou mesmo leste no Sul (Ribeiro 1987, 9).

Esta unidade morfoestrutural sofreu várias fases hercínicas de formação, destacando-se a mais importante que STILLE distinguiu como a fase astúrica, que ocorreu entre o início e o fim do carbónico superior e, que de certa forma marcou a evolução geológica do continente, imprimindo os traços fundamentais, que ainda hoje são dominantes (*idem*, 9).

A acção tectónica do “ciclo hercínico” foi a principal responsável pela formação da densa rede de fracturas, algumas com grandes extensões. Foram algumas destas fracturas que marcaram os traços importantes da geologia da região.

A rede de drenagem da região é profundamente condicionada pela tectónica, uma vez que as redes de fracturação apresentam orientações principais NW-SE e NE-SW, ocorrendo também algumas fracturas com a orientação E-W. Ao longo destas redes de fracturação encontram-se os vales escavados, conferindo uma disposição característica da região em análise (LNEC 1986, 18).

As principais Serras do Noroeste de Portugal (Peneda, Amarela, Gerês, Larouco, Barroso, Cabreira, Alvão e Marão) conferem ao Minho o anfiteatro voltado ao mar, o mais perfeito que existe no território Português, como é referido por Orlando Ribeiro. A expressão “anfiteatro” é o termo apropriado para ser usado neste contexto, uma vez que os relevos vão aumentando gradualmente a altitude à medida que se vai penetrando cada vez mais para o interior (Costa 2007, 142).

Podemos usar como exemplo a Serra do Gerês, que dos 0 metros do nível do mar, em apenas 70 km para Este, sobe aos 1500 metros de altitude máxima (Gonçalves 2006, 176).

As características do alto Ave são idênticas em todo o Minho, prevalecem as serras de grandes altitudes. Estes conjuntos de elevações formam vertentes abruptas, com

perfil rígido, ou então vertentes com grandes blocos e bolas graníticas. Um bom exemplo é a Serra do Maroço, situada na margem esquerda do Ave, junto à nascente.

A fisionomia dos vales do alto Ave desenham-se como sendo um reticulado rígido, que sugere o controlo por fracturas, então os rios e ribeiros correm apertados entre as vertentes abruptas com leitos profundos em V fechado. O papel da fracturação Hercínica NNE-SSW e NW-SE para esta região foi essencial, porque marcou fortemente as litologias da região de Braga. Esta fracturação mais tarde foi retomada, através de movimentos Alpinos, criando uma rede de fracturação própria ENE-WSW, estando os principais rios, Cávado e Ave, perfeitamente encaixados nesta fracturação (Pereira 2005, 17).

A Serra da Cabreira é a que domina praticamente o alto Ave, com 1267 metros, sendo o ponto mais elevado da bacia hidrográfica, remetendo para segundo plano as Serras de Fafe e do Maroço, atingindo as altitudes mais elevadas na Serra do Marco (Povoação de S. Gens), com 851 metros, o Maroço, (São Miguel do Monte) com 834 metros, e o Morgair, (Gontim) com 893 metros (Costa 2007, 143).

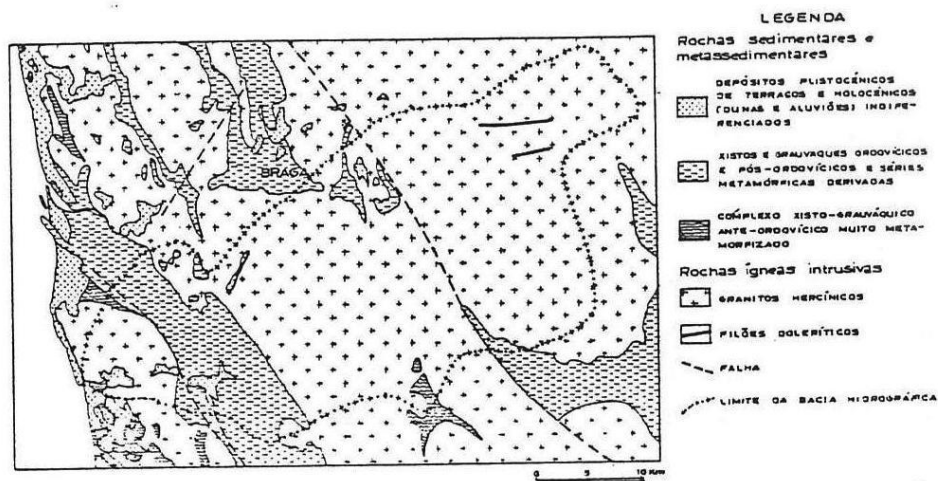
Apesar de ter uma expressão muito reduzida, existem terraços fluviais que são de formação antiga, plistocénicos, que ocorrem em níveis elevados em relação aos cursos actuais das principais linhas de água, nomeadamente do Ave. São formações detríticas, de origem fluvial e essencialmente arenosa, argilosa e conglomerática (LNEC 1986, 13).

As formações mais recentes do Ave remontam ao Quaternário recente (Holocénico), fazem parte os aluviões deste rio, aluviões de linhas de água subsidiárias, e também as areias da praia e de dunas que se encontram junto ao litoral (*idem*, 13).

Em toda a região da bacia do Ave verifica-se uma ausência de formações mesozóicas e cenozóicas, isto deve-se ao facto de toda a região ter estado emersa desde o final do Paleozóico (*idem*, 13).

O alto Ave em termos geológicos é todo ele constituído por granitos e alguns, mas poucos, filões de quartzo. Os granitos fazem parte do grande maciço granítico do Minho e das Beiras. Predominam nesta área as rochas eruptivas, nomeadamente os gra-

nitos calco-alcálicos de duas micas, com predominância da biotite, sendo o mais representado, o granito porfiróide de grão grosseiro, ocupando extensas áreas do alto Ave, este tipo textural forma diversos afloramentos, os quais se salientam na paisagem, pelos aspectos característicos de caos de blocos, às vezes de grandes dimensões (Mapa IV).



Mapa IV – Esboço litostratigráfico sumário da bacia hidrográfica do rio Ave (LNEC 1986, 19)

Relativamente ao granito porfiróide de grão grosseiro a médio, ocorre nos pontos mais altos da Serra da Cabreira (Noronha 2003).

Sensivelmente no centro da área abrangida pelo nosso estudo, ou seja, Póvoa de Lanhoso, existe uma mancha que ocupa uma extensa região. Salienta-se neste afloramento o enorme monólito de Lanhoso, sobre o qual foi construído o Castelo de Lanhoso. Sobre este afloramento ficam as vilas de Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso e algumas povoações próximas a estas duas vilas, Dornelas, Parada de Bouro, S. João de Rei, Serzedelo, Rendufinho, Tabuaças, Anissó, Esperança, Castelões, Garfe, Freitas, Queimadela, Travassós, Revelhe e Estorãos (Teixeira 1973, 17).

Nestas localidades foram recolhidas amostras e a composição mostrou-se muito semelhante em todas elas, sendo um granito calco-alcálico, biotite, de textura porfiróide, essencialmente constituído por microclina, oligoclase, quartzo e biotite. Os minerais acessórios são: apatite, moscovite, clorite, minério, esfena e zircão. Os megacristais são

de microclina e apresentam, às vezes, quartzo goticulado e restos de plagioclase, às vezes, zonada, pode conter: quartzo, apatite, minério e biotite sob a forma de pequenos cristais (*idem*, 8).

Em menor representatividade está o granito não portiróide de grão fino, ainda dentro dos granitos calco-alcalinos de duas micas, com predominância da biotite. No que concerne a este tipo de granito, existem algumas manchas onde o granito deixa de ser portiróide e passa a granito de grão fino ou fino médio, a zona de contacto entre estes dois granitos é sempre difícil de perceber, em virtude da passagem gradual de um a outro. Trata-se de um granito de grão fino a médio, leucomesocrático ou leucocrático, calco-alcalino, biotítico, com moscovite e silimanite, clorite, apatite, minério e zircão (*idem*, 33).

De entre estas manchas destacam-se a de Campo, na margem direita do Ave, sobre este pequeno afloramento assenta a freguesia de Campo e a freguesia de Louredo. Esta mancha está completamente rodeada pelo granito porfiróide de grão grosseiro. A pequena mancha de Galegos, onde existe dois pequenos afloramentos, também estes rodeados de granito portiróide de grão grosseiro e, ainda a mancha de Calvos, que também se encontra rodeada pelo granito porfiróide de grão grosseiro da mancha da Póvoa de Lanhoso (*idem*, 33).

Relativamente às Rochas Filonianas no vale do Ave poucos são os exemplos deste tipo de rocha, onde se pode destacar, alguns filões de quartzo branco. Existe um filão de quartzo na freguesia de Sobradelo da Goma, orientado na direcção NE-SW, tendo uma espessura entre 5 a 10 metros. Também na freguesia de Esperança, próximo da Igreja, pode observar-se um pequeno filão de quartzo com a mesma orientação da anterior, tendo este cerca de 100 metros de comprimento e 1 metro de espessura (*idem*, 44).

No vale do alto Ave encontram-se presentes alguns filões de rocha dolerítica, destacando como exemplo o filão de Anissó com orientação E-W e uma espessura de cerca de 3 metros, tendo uma composição de microdiorito quartzífero pois apresenta hornblenda verde, comum, e feldespato intersticial abundante. Outro exemplo, foi a amostra recolhida a 1000 metros a SSW do Maroiço, um filão com orientação WNW-

ESSE e cerca de 5 metros de espessura, trata-se de uma rocha muito alterada, de grão fino, cor castanha, provavelmente microssienito calco-alcálico quartzífero (*idem*, 46).

Existem também na nossa área de estudo algumas nascentes termo-minerais, sendo algumas delas aproveitadas para fins terapêuticos, da qual faz parte a nascente das Caldas das Taipas. Outras nascentes não lhes é dado a menor importância, como é o caso da Água das Caldas de Varzielas em Castelões. Esta nascente situa-se na margem esquerda do Ave, já em relevo de pendente suave, na grande curva deste rio, a cerca de 10 km da Nascente. A água proveniente desta nascente brota por diáclase do granito porfiróide (*idem*, 52).

Estas nascentes hidrotermais, geralmente são estruturas tabulares e lenticulares, distingue-se por filões com estruturas brechificada e filões não brechóides, contendo por vezes alguns sulfuretos disseminados (Pereira 1992, 65).

3 – Antecedentes Históricos

No presente capítulo pretendemos, de uma forma superficial, analisar alguns povoados da pré-história recente, estudados até à data. A finalidade desta análise é tentar perceber quais as formas de assentamento que estas comunidades pré-históricas elegiam, se davam preferência a locais de cotas elevadas, em que o domínio visual era mais amplo, logo tinham um maior controlo da área por eles explorada, ou se optavam por vales férteis, dando uma certa preferência à prática da agricultura. Por último, perceber a distribuição espacial destes povoados na região.

3.1 – Calcolítico

Quando se começou a explorar o cobre cerca de 3000 – 2300 a.C., datação segundo Susana Oliveira Jorge, as sociedades Calcolíticas iniciaram uma crescente complexidade social, as comunidades tornaram-se hierarquizadas. Este fenómeno desenvolveu-se a ritmos diferentes de complexificação. As formas de assentamento em muito contribuíram para esta complexidade social (Jorge 1996/1997, 78).

Neste período cronológico, a arquitectura assumiu um papel importante nestas sociedades, tratava-se de um mecanismo comunicacional essencial entre as comunidades sem escrita, teria um significado de ordem, sobre a realidade de uma sociedade onde o sentido é simplesmente memorizado, incorporado, e não escrito (Jorge *et alii* 2004, 54). Assim sendo, as arquitecturas passariam a ser os mecanismos destinados a fixar “leituras”, visões aos outros grupos sociais (*idem*, 55).

Conforme mencionado por Susana Oliveira Jorge, até finais dos *anos 80 considerou-se o Sudeste e a Estremadura portuguesa como sendo as duas únicas áreas peninsulares culturalmente “evolucionadas”*. Sendo o indicador mais relevante dessa complexificação cultural a emergência, a partir dos inícios do 3º milénio a.C., em ambas as áreas, de povoados fortificados, tradicionalmente relacionados com o trabalho do cobre (Jorge 1996/1997, 78).

Estes povoados fortificados eram entendidos como locais de funções defensivas, mas em 1994, Susana Oliveira Jorge procedeu a um estudo que consistiu na análise de 70 povoados Calcolíticos (pertencendo predominantemente à primeira metade do 3º milénio a.C.), distribuídos por uma vasta área: Sudeste, Sudoeste, Estremadura portuguesa, Meseta Norte e sua periferia ocidental. O objectivo deste estudo era de facto retirar as ideias firmadas sobre as fortificações Calcolíticas ibéricas (*idem*, 79).

*Na verdade, este estudo demonstrou que apenas podemos sustentar algumas ideias gerais: durante um lapso de tempo de cerca de 1000 anos surgiram na Península Ibérica sítios delimitados por muros, muretes ou muralhas, com durações diversas, articulados com ecossistemas variados, vinculados a processos económicos e sociais distintos. Ou seja, a expressão “povoado fortificado” não apresenta unidade semântica. O único elemento comum tem a ver com a arquitectura: são povoados que foram tão só delimitados ou cercados por estruturas pétreas, com diferentes graus de durabilidade, visibilidade e monumentalidade. A área habitada, agora mais restrita, encontra-se contida num espaço cercado por muros ou muralhas. A questão que normalmente se coloca é a seguinte: para que serviram tais delimitações pétreas? Penso que tais delimitações só ganharão sentido quando associadas a práticas que, por sua vez, devem ser lidas por referência a uma ordem mais ampla, observável numa paisagem mais abrangente. Os muros e muralhas, independentemente de terem podido funcionar como defesas num determinado momento da sua história, devem ser globalmente considerados como dispositivos comunicacionais ao serviço de formas específicas de territorialização e de identificação comunitárias (*idem*, 79).*

O sedentarismo das comunidades Calcolíticas é uma das muitas diferenças entre o Neolítico e o Calcolítico. Na área estudada por Susana Oliveira Jorge, desde os finais do 4º milénio, começam a observar-se investimentos agrícolas de longo prazo, estes investimentos só fazem sentido se a ocupação da área for continuada durante longos períodos de tempo. Então do 4º para o 3º milénio a.C., passa-se dum território vasto, fluído, a um território mais limitado, com fronteiras reais (*idem*, 79).

O assentamento permanente das comunidades pré-históricas pode não incidir na manipulação da paisagem, ou seja, não é obrigatório construir-se estruturas domésticas

duradouras. Tornando-se invisível com o passar do tempo, tendo em conta que estas estruturas eram feitas em materiais perecíveis.

Passando para uma realidade mais próxima da nossa área de estudo, Susana Oliveira Jorge para a sua Dissertação de Doutoramento, estudou quatro de oito povoados conhecidos no Alto Trás-os-Montes: Vinha da Soutilha (Mairos), Pastoria, S. Lourenço (todos na área de Chaves) e Castelo de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar), os quatro pertencem a habitats de altura (Jorge 1985, 297). Vinha Soutilha destaca-se dos outros três povoados, abarca diversas plataformas, numa extensa área que deve ultrapassar os 20 há. Os restantes três habitats ocupam plataformas em esporões com boas condições de vigilância e de defesa. Segundo a autora deste estudo, as intervenções incidiram em áreas muito restritas. Conclui que estas intervenções serviram para atestar *a presença de estruturas frágeis, integradas em espaços domésticos: lareiras, fossas (destríticas?), buracos de poste, muretes (que podem ter servido para conter terras ou para reforçar paredes de cabanas), dispositivos circulares constituídos por pedras fincadas (estrutura de armazenamento?). Apenas num povoado (S. Lourenço) encontrámos uma construção pétreia que pode ter funcionado como estrutura defensiva disposta em torno de um esporão. Pela análise das estruturas mencionadas e dos materiais associados, cremos que, nas áreas escavadas, predominaram as actividades culinárias (preparação e consumo) e de armazenamento, podendo, de forma menos sistemática, terem ocorrido tarefas complementares, como, por ex., o trabalho da madeira, do osso ou da pedra (idem, 300).*

Só em Vinha da Soutilha é que Susana Oliveira Jorge teve possibilidade de escavar integralmente uma unidade habitacional, constituída por uma cabana implantada entre grandes blocos graníticos, sendo numa fase de ocupação delimitada por buracos de poste, na última fase de ocupação também contornada por um murete de pedra vã, situado num dos seus lados (*idem*, 300).

3.2 – Aspectos gerais da Cerâmica Calcolítica:

Até finais do III milénio a.C. predominam as formas cerâmicas esféricas, em calote de esfera, ou ovóides: provavelmente nos inícios do II milénio a.C. ocorrem também formas carenadas e tronco-cónicas, de fundo plano. Verifica-se um aumento significativo das dimensões dos vasos, nomeadamente dos recipientes de provisões.

Neste período cronológico, os vasos são sempre numericamente predominantes, as decorações parecem evoluir para uma forma mais complexa. Inicialmente os temas eram relativamente simples, situando-se sob o bordo: triângulos, linhas de pontos, motivos em forma de “chama”. Progressivamente aparecem decorações incisas, mais invasoras e contratantes: motivos geométricos (como reticulados ou linhas quebradas) são seccionados por métopas (linhas incisivas verticais).

A região do vale do alto Ave é “pobre” em escavações arqueológicas para este período cronológico, estando praticamente mal estudada. Mediante isto, optamos por englobar algumas intervenções arqueológicas que não fazem parte da região referida, para tentar estabelecer paralelos com os povoados Calcolíticos da região do Alto Trás-os-Montes quer da região Sudeste, Sudoeste, Estremadura portuguesa, Meseta Norte e sua periferia ocidental, onde esta realidade já é bem conhecida.

Para a região do Ave em muito nos vale as intervenções levadas a cabo ao longo dos anos por Ana Bettencourt.

Passamos então agora a analisar alguns dos povoados com referências a fragmentos de material Calcolítico.

3.3 – Povoados Calcolíticos

Póvoa de Lanhoso

Póvoa de Lanhoso – Castro de Lanhoso

Latitude 41°35'13,89"N; Longitude 8°16'49,77"O; Altitude 312 metros

Administrativamente, o Castro de Lanhoso localiza-se no Monte do Pilar, freguesia de N^a Sr.^a do Amparo, concelho da Póvoa de Lanhoso.

O Castro de Lanhoso é um povoado fortificado do Noroeste Peninsular implantado em área de montanha, apresenta uma localização estratégica muito peculiar, situa-se a meia encosta do monólito granítico da Póvoa de Lanhoso, sendo apenas visível na vertente Este, estando por isso dissimulado na paisagem. Desta vertente é possível ter uma ampla visão sobre os vales férteis da Póvoa de Lanhoso.

Nos anos 30 do século passado, foi aberto um caminho que serpenteia o Monte do Pilar e, dá acesso ao Castelo de Lanhoso, colocaram-se a descoberto estruturas circulares, artefactos metálicos, vítreos e cerâmicos. No seguimento destes trabalhos surgiram as primeiras escavações arqueológicas neste povoado, realizadas por Carlos Teixeira. No ano de 1982, K. Petruso dirige uma equipa do Departamento de Arqueologia da Universidade de Boston e executa novas escavações (Bettencourt 1993/1994b, 154).

Conforme referiu K. Petruso a estratigrafia da área escavada era pouco espessa e revolvida, no quadrante Sudeste do quadrado SO71/E001 apareceu um piso de argila, associado a uma cabana circular, em pedra (*idem*, 154).

Depois da análise da estratigrafia do quadrado SO71/E001, Ana Bettencourt concluiu que para este quadrado *a existência de um pavimento, subjacente à camada 3, poderá ter selado alguns níveis anteriores, verificamos que as cerâmicas atribuíveis à Idade do Bronze predominavam desde a camada 4 até à última, referida com o número 8. A cerâmica Calcolítica só aparece a partir da camada 3, com um fragmento que não é significativo. Na camada 4, o número de fragmentos aumenta não desaparecendo até à base. Concluimos, portanto, que as cerâmicas Calcolíticas não se encontravam em posição estratigráfica invertida, a partir da Idade do Ferro, podendo mesmo ter existido um nível de ocupação na encosta, embora revolvido ou perturbado profundamente, pela ocupação subsequente (idem, 154).* Quanto ao material exumado Calcolítico, Ana Bettencourt, refere a existência de 99 fragmentos, que pela decoração, pelas formas e pelo fabrico se inserem na louça tipo “Penha” (*idem*, 157).

Guimarães

Monte da Penha

Latitude: 41°25'53,96"N; Longitude: 08°16'08,60"O; Altitude: 600 metros

Esta estação arqueológica localiza-se a sudeste da cidade de Guimarães, distingue-se do relevo circundante pela sua altitude relativa. É um monte granítico alongado no sentido Sul-Norte, apresenta ótimas condições de visibilidade, em todas as direcções.

O material ali recolhido em vários momentos entre os anos 40 e 50, foi desprovido de qualquer critério científico, sendo essencial para o conhecimento do seu contexto arqueológico, aquando das obras de construção do Santuário da Penha. Seria Mário Cardoso o primeiro investigador a divulgar, de uma forma sistemática, os materiais de lá provenientes (Silva *et alii* 1988/1989, 64).

As cerâmicas ali recolhidas eram de fabrico manual com uma pasta grosseira e organizações decorativas metopadas profundamente incisas. Como era a primeira vez que este “tipo” de cerâmica era encontrado com tal profusão, a sua forma de denominação passou a ser homónima da estação arqueológica que o deu a conhecer: cerâmica “tipo Penha” (*idem*, 63).

O âmbito cronológico do “mundo” estilístico das cerâmicas “tipo Penha” parece percorrer um período que se iniciaria em meados do III até inícios do II mil a.C. Outro “mundo” estilístico englobaria um período desde os inícios do III até meados do II mil a.C. (idem, 70).

As organizações e motivos II, III e VI – de S.O. Jorge revelam segundo a autora um “fundo” (origem?) neolítico (provavelmente do Sudoeste Peninsular). Este “fundo” teria sido veiculado através do vale do Douro, e evoluído regionalmente ao longo do III mil a.C. (idem, 70).

Portanto, o material recolhido na estação arqueológica da Penha, está perfeitamente enquadrado numa ocupação Calcolítica compreendida, genericamente, entre os meados do III e os inícios do II milénio a.C. (*idem*, 63).

Braga

Esporões – Santa Marta da Falperra

Latitude: 41°30'50``; Longitude: 08°23'36``; Altitude: 563 m

Trata-se de um povoado de cume, localizado em área de montanha. A primeira intervenção arqueológica neste povoado pertenceu a A. Bellino, nos finais do século XIX. Já na década de 60, D.P. Brandão e J.R. Sousa intervêm novamente no povoado, nesta intervenção fazem referência a pequenos orifícios, certamente pertencentes a buracos de poste. Destas intervenções foi possível por a descoberto um conjunto de edifícios de grande valor patrimonial, uma basílica paleocristã, uma casa romana, bem como inúmero espólio destes dois períodos, mas também da Idade do Ferro, da Idade do Bronze e do Calcolítico (Bettencourt 2000, 141).

Manuela Martins intervêm neste povoado em 1984, tendo como principal objetivo a valorização da estação arqueológica. Dessa intervenção resulta uma importante sequência estratigráfica, 42 camadas no total. Pela análise efectuada, Ana Bettencourt (Bettencourt 2000), a partir da camada 9, verifica que todas as estruturas são perecíveis, ocorrendo vários pavimentos que supõe como sendo de cabanas, algumas lareiras e possíveis buracos de poste. *Associado ao pavimento da camada 21 foi detectado um sulco, semicircular, de cerca de 8 cm de largura. Parece possível admitir que se trate de uma pequena vala de fundação para a inserção de pequenos troncos ou outros materiais perecíveis, capazes de formar uma “parede”* (*idem*, 144).

Os fragmentos desta intervenção estão depositados no Museu D. Diogo de Sousa.

Ana Bettencourt procedeu à análise de 421 fragmentos provenientes das camadas 9 à 42, num total de 421, apenas 5 fragmentos pertencem ao período Calcolítico,

que identificou pela sua técnica e decoração, apresentando todos eles decorações incisivas metopadas de tipo “Penha” (*idem*,145). Pela ocorrência de cerâmica incisa metopada, de tipo “Penha”, esta poderá datar-se, provisoriamente, de entre os finais do IV milénio aos meados do III a.C. por comparações com datas obtidas para o Nordeste do país (Sanchez, 1997; *idem*, 149).

3.4 – Bronze Final, C. 1500/1300 – 800 a.C.

Até ao Bronze Final (Coffyn 1985), segundo Susana Oliveira Jorge, este período inicia-se em meados de 1500/1300 e finaliza em torno de 800 a.C.. Subsistem povoados de altura, bem como povoados fortificados, continuando em algumas áreas a perdurar sistemas de povoamento hierarquizado (Jorge 1991, 389) mas, manifesta-se um aumento na produção agro-pastoril em alguns povoados abertos, predominando então este tipo de assentamento (Jorge 1996/1997, 82). Portanto, no seio destas sociedades, houve um retrocesso, se assim lhe podemos chamar, na complexificação social, uma vez que no Calcolítico apostou-se na fortificação dos povoados enquanto identificação comunitária.

O tipo de assentamento articula-se com zonas de vale, possuindo ou não condições naturais de defesa, predominando os povoados abertos contendo estruturas habitacionais relativamente precárias que recorrem à madeira e ao barro como materiais de construção (*idem*, 86).

A ocorrência de silos, abertos no saibro, nestes povoados, sugere uma agricultura evolucionada, que deve ser dependente de um alargamento da actividade metalúrgica (Jorge 1983, 106).

É neste período cronológico que se estabelecem *poderosas interações transculturais* (Jorge 1996/1997, 86), *a circulação no N. de Portugal de material metálico e cerâmico semelhante ao de outras áreas da Península (talvez fabricado localmente segundo padrões alógenos) parece indicar a existência duma vasta rede de contactos comerciais que só pode resultar duma paulatina transformação na estrutura económica e social deste período* (*idem*, 106).

O aproveitamento dos vários recursos económicos do território de uma forma intensiva faz com que estas comunidades criem excedentes de produção, encetando a integração desses produtos excedentários em cadeias de trocas regionais (Bettencourt 1994, 113).

Relativamente aos métodos de enterramento, Susana Oliveira Jorge distingue duas grandes “fases tumulares” *adentro deste período – antes e depois 1000 a.C.; depois de 1000 a.C. a informação arqueológica é quase nula; entre c.1500-1300/1000 a.C. aparecem alguns sepulcros, isolados ou inseridos em necrópoles, os quais se caracterizam por ausência de monumentalidade ou complexidade arquitectónica, e também pela inexistência de espólio ricos e diversificados, como matérias-primas ou artefactos de prestígio* (Jorge 1996/1997, 84).

Outro conjunto de sepulcros, que estabelece a transição entre o Bronze Médio e o Bronze Final, localiza-se no Norte de Portugal, são as denominadas necrópoles de fossas abertas no saibro, e ainda cemitérios de cistas, algumas delas estudadas por Ana Bettencourt (Bettencourt, 2008, 11-23). Estas fossas apresentam todas as características de sepulturas de inumação individual, apesar de não relevarem ossos, o que é normal na nossa região, devido à acidez do solo, apresentam uma planta e uma dimensão consentânea com a de sepulturas similares em pedra (Jorge 1996/1997, 84).

Passamos agora a analisar alguns povoados com referências à Idade do Bronze na região do vale do alto Ave.

3.5 – Povoados da Idade do Bronze

Póvoa de Lanhoso

Póvoa de Lanhoso – Castro de Lanhoso

Latitude 41°35'13,89"N; Longitude 8°16'49,77"O; Altitude 312 metros

Para o Bronze Final, pelas características técnicas, formais e decorativas, Ana Bettencourt destaca 360 fragmentos de cerâmica (Bettencourt 2000c, 86).

Póvoa de Lanhoso

Serzedelo – Mata da Camarôa

Latitude: 41°36'56,8``N; Longitude: 08°12'42,5``O; Altitude: 495 metros

Situado numa pequena elevação próxima de um remate de esporão a cerca de 500 metros a su-sudoeste do Monte do Pipo.

Quando se procedia à desmatção e limpeza da Via XVII no concelho da Póvoa de Lanhoso, elementos da empresa de Arqueologia Palimpsesto identificaram fragmentos cerâmicos, que pela sua tecnologia de fabrico se poderão integrar na Idade do Bronze, não foi possível avistar qualquer estrutura, ou o reconhecimento de mais espólio (PALIMPSESTO 2006, 47).

Póvoa de Lanhoso

Serzedelo – Bouça de Cima, Pardieiros

Latitude: 41°37'11,4``N; Longitude: 08°12'50,2``O; Altitude: 537 metros

Fixado numa pequena elevação a 250 metros a oeste do Monte do Pipo.

Os trabalhos de desmatção e limpeza da Via XVII no concelho da Póvoa de Lanhoso, permitiram à equipa de arqueologia da empresa Palimpsesto na terra que havia sido revolvida para a plantação de um eucaliptal, identificar fragmentos cerâmicos, que pela sua tecnologia de fabrico se poderão integrar na Idade do Bronze (*idem*, 48).

Guimarães

Monte da Penha

Latitude: 41°25'39``N; Longitude: 08°16'53``O; Altitude: 600 metros

Será na Idade do Bronze que, de facto este povoado emergiu, a julgar pelo aparecimento de *numerosos fragmentos de cerâmica primitiva, de barro grosseiro e aspecto rude, fabricada manualmente sem o emprego do torno de olaria, mas decorada com grande e rica variedade de motivos ornamentais de estilos geométricos, fortemente incisos* (Cardozo 1968, 274).

A referência mais precisa quanto ao local do monte onde teria existido qualquer estrutura, é feita por Francisco Martins Sarmiento, no volume 5 da Revista de Guimarães (ano de 1888), *no alto da Penha houve sem duvida nenhuma um castro. A nascente da capella de Santa Catharina são ainda muito visíveis os restos d`uma fortificação de terra, que se seguem, mais ou menos apagados, até o monumento de Pio IX* (Sarmiento 1888, 111).

4 – Aspectos gerais da Cultura Castreja

À particularidade de assentamento dos povoados fortificados, a partir do final da Idade do Bronze em posições elevadas de amplo domínio visual, controlando as vias de comunicação e vales férteis, atribui-se geralmente o nome de castro. José Leite Vasconcellos refere-se a estes locais como sendo uma antiga povoação fortificada, no cume do monte, onde existem aterros artificiais, vestígios de muralhas, fossos, e restos de habitações (Vasconcellos 1895, 3). Além do nome castro, existem outros topónimos que “ocultam” um povoado fortificado: crasto, citânia, cividade, cidadelhe, cidade, cerca, castelo, castêlo, castelinho.

Coube à geração de arqueólogos dos anos 80 e 90 do século passado (Silva 1986; Martins 1990; Alarcão 1992; Queiroga 1992; Lemos 1993; Almeida 1996) a aplicação científica ao estudo desta cultura, deixando de ser trabalhos meramente descritivos, passando a estudos com exímio rigor científico, onde se incluem centenas de campanhas de escavações em estações arqueológicas, inúmeras análises de elementos estruturais, milhares de cortes estratigráficos e largas dezenas de milhar de peças compreendidas entre o rio Minho e o rio Vouga.

Estando o Noroeste peninsular distante das grandes civilizações que emergiram em torno do Mar Mediterrâneo e de uma Europa em constante evolução social e material, a primeira conclusão a ser retirada é de uma área marginal completamente isolada, que se terá desenvolvido a um ritmo muito lento.

Através da análise de vários materiais descobertos em povoados fortificados do Noroeste peninsular, foi possível estabelecer paralelos destes, com materiais das mesmas tipologias dos grandes centro-motores europeus, verifica-se assim o interesse no Noroeste peninsular, rico em jazidas de estanho e ouro, manifestando uma suavização no isolamento desta área mais ocidental da Península Ibérica.

Já Carlos Alberto Ferreira de Almeida afirmava que *a civilização castreja não é uma cultura isolada, como tem acentuado o Prof. Maluquer de Motes, fechada sobre si, mas antes uma personalizada área cultural que transforma e se apropria das influências chegadas* (Almeida 1974, 5).

Alguns investigadores como Armando Coelho Ferreira da Silva (Silva 1986) e Maria Manuela Martins (Martins 1990), após inúmeras campanhas de escavações arqueológicas, ao longo dos anos, atribuíram à cultura castreja várias fases. Esta opção, baseia-se nas inúmeras influências centro europeias e mediterrânicas, que esta cultura sofreu no decorrer do I milénio a.C..

As escavações arqueológicas, dirigidas por estes investigadores, foram efectuadas em território nacional, na área atribuída à cultura castreja. De uma forma geral, estende-se desde o rio Minho, sendo a fronteira mais a norte, até ao rio Vouga como limite mais a sul, a parte mais oriental em território nacional engloba todo Trás-os-Montes.

Carlos A. Ferreira de Almeida (1983) decompõe a cultura castreja em cinco fases, Armando Coelho divide-a em apenas três, cada uma delas subdividida em duas fases (1986, 1990, 2007a), Manuela Martins (1990) divide a cultura castreja em quatro fases, Jorge Alarcão (1992) em três etapas (Matos 2008, 57).

Armando Coelho baseia-se nas influências de ordem atlântica, centro europeias, meridionais e romana, como sendo as impulsionadoras das mudanças na cultura castreja. Torna-se assim o principal mandatário do esquema evolucionista da cultura castreja, sendo o seu esquema o mais conhecido e citado. Pelo anteriormente exposto, optamos por fazer uma breve análise sucinta desta divisão proposta pelo referido autor.

Fase I – Formação da Cultura Castreja

A primeira fase de formação (**IA**), coincide com a etapa final do Bronze Atlântico e da Iª Idade do Ferro na Europa, com o aumento das relações continentais e mediterrânicas, corresponde à primeira metade do Iº milénio a.C., entre 1100 e 700 a.C.. O desenvolvimento desta primeira fase (**IB**), ocorre entre 700 e 500 a.C., revelando contactos interiores e meridionais (Silva 2007a, 84).

Alguns autores espanhóis atribuem, ainda que com as suas reservas, como principal interveniente no processo de sedentarização das comunidades humanas a mudança climática. Este processo resulta na transição do período sub-boreal para o sub-atlântico,

permitindo um cultivo sistemático de cereais quer no inverno, quer na primavera (Peña Santos *et alii* 1996, 205).

Nesta primeira fase, ocorreu uma nova forma de fixação dos povoados, situados em pontos estratégicos, com realce para outeiros e remates de esporões com altitude média entre os 200 e 500 m, controlando eficazmente as bacias fluviais, funcionando os cursos de água como elemento de acesso ao interior e como sistema defensivo, bem como os vales férteis circundantes do povoado, os recursos mineiros, nomeadamente o estanho e ouro.

Esta forma de disposição dos povoados fortificados foi contemporânea dos aldeamentos dispersos que, por sua vez, estavam localizados em vales férteis para exploração agrícola, não dando qualquer importância ao sistema defensivo.

Uma das questões que a Arqueologia ainda não resolveu foi o porquê das comunidades indígenas, na primeira metade do I milénio a.C., optarem gradualmente pela implantação dos povoados em posições estrategicamente defensivas, em detrimento dos aldeamentos dispersos pelos vales férteis, uma vez que ambas as formas de assentamento foram contemporâneas, a transição foi gradual não se manifestando de uma forma imediata.

Armando Coelho defende uma selecção de critérios, claramente estratégicos, em que era garantida a subsistência das populações, a defesa e gestão dos recursos, particularmente relacionados com o domínio sistemático do território e dos mecanismos de produção e intercâmbio dos metais, fomentando desta forma a hierarquização interna da sociedade castreja (Silva 1999, 7).

Para a fase de formação (**IA**), tinha-se vindo a admitir que as estruturas mais antigas dos povoados deveriam ser de simples cabanas feitas em material vegetal, que por ser perecível, os vestígios estariam reduzidos a simples buracos de poste, pisos e lareiras (Silva 2007a, 33). Estas características construtivas eram normais nos povoados abertos, sendo por isso assumido que os povoados implantados nas colinas também optavam por construir da mesma forma. Estas afirmações têm vindo a ser alteradas, graças às intervenções arqueológicas efectuadas por Armando Coelho no Coto da Pena (Caminha). As escavações realizadas serviram para testemunhar a existência, nos níveis

mais antigos do povoado, ainda atribuível ao Bronze Final, de uma estrutura pétreo. A construção, segundo o director da escavação, foi implantada sobre a rocha natural sendo visível em parte do perímetro entalhes abertos na laje, a pouca profundidade. As paredes desta construção, espessas e sólidas, apresentam um aparelho irregular sendo compostas por duas fiadas de pequenas pedras e algumas de tamanho médio, com muitas cunhas, unidas por muita argamassa de saibro e com cascalho, ultrapassando os 0,60 cm de espessura (*idem*, 34).

Apesar de ainda não estar solucionado o problema da origem das casas redondas, atribui-se a esta fase as casas circulares, com tendências curvilíneas.

A fase de desenvolvimento (**IB**) será coincidente com a primeira Idade do Ferro, registando-se um crescente número de influências relacionadas com o mundo tartésico, com introduções morfológicas, técnicas e estilísticas. Provavelmente, fruto destas influências terá surgido entre nós as primeiras manifestações de ferro.

Escavações recentes no Castro de Torroso (Mós, Pontevedra), surgem várias construções de pedra, circulares, curvilíneas e de planta mista, optando-se a partir desta fase pela sistemática construção pétreo (Silva 1999, 7).

Apesar de se fixarem em locais com boas condições de defesa, propiciadas pelo relevo e cursos de água, tornava-se necessária a construção artificial de sistemas defensivos complementares para defender o seu espaço. Esta primeira fase surgiram alinhamentos de pedras de aparelho muito rudimentar, bem como largas construções constituídas por dois muros paralelos de faces verticais, geralmente de grandes blocos dispostos em aparelho irregular, com intervalo totalmente preenchido em terra (Silva 1983/84, 123).

Fase II – Desenvolvimento dos povoados fortificados

Armando Coelho atribui à batalha de Alalia, ocorrida em 535 a.C., no Sul da Península, como a causadora das expedições de Túrdulos e Célticos referida por Estrabão, sendo o Noroeste peninsular palco das expedições destes povos (Silva 2007a, 41).

Sabe-se agora, que os Túrdulos instalaram-se na margem esquerda do rio Douro, verificando-se diferenças em relação às áreas mais setentrionais, surgindo materiais de tradição púnica, enquanto que os materiais de influência céltica surgem mais na área da Galiza e Trás-os-Montes (*idem*, 41).

Estes povos eram portadores de uma cultura superior, tornando-se, os impulsores das evoluções registadas nas comunidades indígenas. Estes povos estavam interessados no que o Noroeste peninsular tinha para lhes oferecer: os *Turduli Veteres* dedicaram-se à exploração de sal, produto de reconhecida importância económica no seio das sociedades proto-históricas, por sua vez, os Célticos instalaram-se mais para o interior, dedicou-se à exploração metalúrgica, nomeadamente estanho e ouro.

O desenvolvimento registado nesta fase deve-se aos estímulos pós-hallstáticos, e de migrações internas peninsulares como a dos *Turduli Veteres* e do comércio púnico. Estes estímulos estão atribuídos à primeira parte desta fase (fase **IIA**), cronologicamente inseridos entre cerca de 500 e 200 a.C..

Nesta fase (**IIA**), é característico a adopção sistemática de planta circular nas habitações castrejas, as paredes pouco espessas de dois paramentos unidos por argamassa de saibro, sem utilização de pico de ferro. Começa a ser usada, de uma forma constante, a pedra nestas construções, devido à continuidade de experiências anteriores (*idem*, 44).

Muitos povoados prolongam a ocupação anterior, como o caso do Coto da Pena (Caminha), S. Julião (Vila Verde) e certamente a Cividade de Terroso (Póvoa de Varzim). Nestes sítios é expresso um aumento da área habitacional até então demarcada por precários sistemas de defesa. Emergem nesta fase, novos povoados implantados em colinas mais dependentes dos vales ou da planície, denotando-se portanto um desenvolvimento da expansão demográfica no seio destas comunidades (*idem*, 44).

Com o aumento e fundação de novos povoados, também se verificou um reforço dos sistemas defensivos, as muralhas tornaram-se sólidas construções de pedra com muros de reforço adossados, frequentemente em posição oblíqua e com largos troços de aparelho poligonal e helicoidal. Armando Coelho atribuí a esta fase a introdução de formas complementares de defesa, destacando-se os fossos e pedras fincadas nos castros

transmontanos, relacionadas com a arquitectura militar da Meseta. Este reforço faz supor um período de fortes tensões entre as comunidades lideradas por chefes locais, em que o poder assentaria na capacidade que cada chefe tinha em defender o seu território e se fosse possível alargá-lo (*idem*, 44).

Será com os primeiros contactos entre os romanos e os indígenas que surge a segunda parte desta fase (**IIB**). Nesta fase nota-se a introdução do átrio ou vestíbulo “em caranguejo” na casa castreja, sendo esta a principal inovação nas estruturas domésticas, não estando ainda completamente definido a sua funcionalidade, se como medida de aumento do espaço com fins funcionais, para a prática de determinadas actividades artesanais (por exemplo forno ou lugar de fundição), ou se seria simplesmente para distinguir uma estrutura particular. É nesta fase que surgem as mós giratórias em substituição das mós de reboło, muito numerosas desde o Bronze Final (*idem*, 50).

Os oleiros castrejos adoptaram nesta fase o torno lento no fabrico de cerâmica indígena, coincidindo com a chegada dos primeiros produtos de importação itálica (Silva 1995, 516).

Fase III – Apogeu e decadência da cultura castreja

A cultura castreja está melhor esclarecida pelos investigadores nesta fase, o conhecimento está mais difundido, graças às escavações efectuadas nas grandes estações arqueológicas, onde a cultura material e estruturas arquitectónicas são mais evidentes e esclarecedoras.

Ao longo desta fase verificou-se um notório reordenamento territorial, facto que se deve aos constantes contactos entre os indígenas e os novos invasores da Península Ibérica, os romanos.

Será com a campanha de *Decimus Iunius Brutus* (138-136 a.C.), que o Noroeste Português conheceu directamente os romanos. Com este general chegou uma operação de romanização dos povos indígenas. Alguns povoados ofereceram resistência à implementação da cultura romana, contudo foi-lhes imposta através da “força”. Esta imposição tem comprovação arqueológica na faixa litoral até ao rio Minho, manifesta na des-

truição da Cidade de Terroso, com espessa camada de cinza de incêndio por toda a parte e, no possível abandono do Coto da Pena (Silva 2007a, 51).

Armando Coelho atribui a esta campanha, o início da fase III (**IIIA**), prolongando-se até à segunda metade do século I d.C. (**IIIB**), com referência às reformas flavianas (69-96) na região, cuja nitidez se altera, após a conquista e pacificação do Noroeste, com a adopção de modelos propostos pelo domínio romano (Silva 1999, 11).

Muito raramente surge um povoado fortificado que não possui vestígios cerâmicos atribuídos a este período, significa isto que o processo de romanização foi extensível a quase todos os castros. Os não possuidores de vestígios romanos, aparentemente abandonaram o povoado à chegada dos povos colonizadores.

Com o advento desta nova fase, alguns povoados altamente estratégicos não deixam de ser habitados, observa-se um alargamento demográfico, são gradualmente moldados de forma a albergar uma grande comunidade. O caso da Citânia de Briteiros, Citânia de Sanfins e Santa Luzia são bons exemplos deste alargamento.

Não obstante da organização espacial anterior, é nesta época que surgem as enormes aglomerações proto-urbanas. Deixam de se implantar em locais de grande altitude, dando primazia a locais de altitude média, por sua vez altamente estratégicos, controlando povoados de menores dimensões. Esta opção recai como consequência de migrações internas provocadas pelas movimentações da ocupação peninsular, que Armando Coelho atribui às campanhas sertorianas, as campanhas de César e, mais tarde à conquista de Augusto (Silva 2007a, 53).

Esta nova opção de disposição permite controlar uma vasta área, controlando povoados de menor envergadura, conferindo a estes novos povoados o título de *lugares centrais*, funcionando como metrópoles nos quais podemos referenciar alguns que já sofreram intervenções arqueológicas: Citânia de Briteiros (Guimarães), Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), Terroso (Póvoa de Varzim), S. Julião (Vila Verde), Santa Luzia (Viana do Castelo), Âncora (Caminha/Viana do Castelo), Santa Tecla (La Guardia, Espanha), entre muitos outros.

Um exercício efectuado por Armando Coelho permitiu perceber que a partir do *lugar central* da Citânia de Sanfins manifesta uma equidistância na ordem dos 25 km de Sanfins (Paços de Ferreira) a Briteiros (Guimarães), a Alvarelhos (Santo Tirso), a Mozinho (Penafiel), Bagunte (Vila do Conde), correspondendo a uma jornada (Silva 1995, 517).

As grandes mudanças nesta fase passam e muito pela forma de construção e disposição das estruturas. Os alinhamentos quase ortogonais das suas ruas, enquadrando as unidades familiares distribuídas em pequenos bairros, formando núcleos autónomos. As ruas são construídas numa direcção que, no caso de Sanfins, adoptam a direcção N-S a que se ligam outros arruamentos transversais mais ou menos equidistantes (Silva 1983/1984, 124).

Estes núcleos definidos pelos arruamentos transversais possuem um âmbito familiar, onde certamente abrangia os avós, os filhos e os netos, ou seja, quatro a cinco habitações circulares e angulares convergem para um pátio central, que por vezes é lajeado, ocupando uma média entre 200 e 300 m² (Silva 1982, 83).

Cada estrutura tinha uma função distinta: habitação, cozinha, funções mistas. Ainda nestes núcleos, por vezes, faziam parte uma fonte ou uma cisterna como é o caso da Cidade de Âncora em Caminha, Viana do Castelo. Alguns destes núcleos, possuíam também uma estrutura circular com bancos de pedra ao redor do muro e lareira central, para as festas familiares como refere Estrabão, nestas festas “bebem geralmente cerveja e raramente vinho, e o pouco que têm depressa o consomem em banquetes familiares...Comem sentados em bancos construídos ao redor dos muros, ocupando os lugares segundo a idade e a dignidade e fazendo circular a comida de mão em mão (...)” (Silva 2007a, 376).

Para além do que foi dito anteriormente, alguns núcleos familiares deixaram o amparo das muralhas, iniciando a colonização e exploração dos vales férteis relacionados com a exploração mineira. Até ao séc. I a.C., os vales não eram rentáveis do ponto de vista económico para estas sociedades castrejas mas, a determinada altura, algumas comunidades deram preferência a estes vales, iniciando uma dispersão habitacional ao longo das terras férteis, chamados os “castros agrícolas” (Almeida 2008, 9).

Do ponto de vista arqueológico, ainda não está esclarecido o porquê de alguns núcleos familiares darem preferência a estas terras férteis, enquanto outras comunidades instalavam-se em locais altamente estratégicos.

4.1 – Balneários Castrejos

Com objectivo de abordarmos uma das construções mais monumentais incluídas na presente fase, os balneários castrejos, abrimos aqui um pequeno parêntese.

Estas edificações destacam-se sobre as outras pela sua composição decorativa, seu aparato e técnica construtiva.

Durante vários anos, suscitaram inúmeras discussões e variadas interpretações, sendo a mais usual a de “fornos crematórios” relacionados com o ritual funerário dos povos castrejos. Esta primeira interpretação foi criada por um dos antigos Directores da Sociedade Martins Sarmento, Dr. Ricardo de Freitas Ribeiro, adoptada posteriormente por Mário Cardozo (Cardozo 1931, 205). Outra interpretação deste monumento é-nos apresentada por António de Azevedo, como sendo um *Templo da Água* (Azevedo 1946, 156) como culto à *Vida que tem na Luz e na Água a expressão máxima da sua eterna renovação* (*idem*, 151). Outra explicação chegou até nós por José Augusto Vieira que interpreta a “Pedra Formosa” como sendo uma ara de sacrifícios (Vieira 1886, 7).

Além das interpretações apresentadas anteriormente existem outras, também sem os devidos fundamentos, como: fornos de cozer pão (Gómez Tabanera 1980, 98), ou cerâmica (Fuster 1953, 1954 e 1955), ou ainda fornos de fundição (Monteagudo 1952).

Até à data, após um significativo desenvolvimento na investigação da proto-história, foi possível consolidar a interpretação de balneários ligados a banhos públicos tipo “sauna” (Dinis 2002, 161; Queiroga-Dinis 2008/2009, 139-147; Silva 2007a, 66; Silva 2007b, 21-61).

Actualmente, ainda não foi possível apontar paralelos para os antecedentes destas estruturas, contudo, Armando Coelho coloca a hipótese de terem existido em estruturas perecíveis (Silva 2007b, 21).

Em nossa opinião, de facto, poderiam existir estas estruturas em material perecível, certamente não possuíam todos os elementos arquitectónicos que os de granito usufruem (no desenvolver deste tema serão referidos), uma vez que no interior destes balneários decorriam banhos de tipo “sauna”. Com material perecível o aproveitamento dos vapores seria muito pouco, a não ser que as paredes fossem revestidas a barro. Outra incompatibilidade é o fogo e o material perecível, para obter vapor é necessário uma fonte de calor, ao mínimo descuido, a estrutura era consumida pelas chamas, correndo o risco de alguém ficar preso no interior do monumento enquanto este deflagrava.

Geralmente, estes monumentos estão implantados nas periferias do povoado, nas vertentes médias/baixas, ainda dentro da última linha de muralha, junto a nascentes ou linhas de água, sendo este recurso natural necessário ao funcionamento do monumento (Silva *et alii* 2004, 122).

Pela sua tipologia de construção, os balneários edificados entre as bacias dos rios Douro e Minho, apresentam um conceito que os unifica e materializa numa organização longitudinal (Dinis 2002, 160). Pelos seus elementos decorativos, as inúmeras semelhanças entre os vários elementos constituintes do monumento leva Francisco Queiroga a sugerir a *existência de artesãos itinerantes* (Queiroga 2008/2009, 139), sendo que, de balneário para balneário a única alteração significativa está na decoração da “Pedra Formosa”.

Regra geral, estes monumentos estão semi-cobertos, sendo esta a solução encontrada para as paredes laterais suportarem a pressão dos grandes monólitos que compõem a cobertura, e assim facilmente se conservar o calor no interior do monumento que era indispensável ao bom funcionamento.

A composição destes monumentos assenta numa construção complexa, constituída por quatro elementos arquitectónicos: um átrio, uma ante-câmara, uma câmara e um forno.

Átrio

Este elemento arquitectónico geralmente é um espaço aberto, o pavimento é composto por grandes lajes bem aparelhadas, tendo ainda nesta divisão um tanque em

pedra que recolhe a água captada na envolvente. Este recurso era conduzido até ao monumento por uma conduta. Estes tanques estão vulgarmente implantados do lado esquerdo (se nos encontrarmos voltados para a “Pedra Formosa”) do pátio. Deste compartimento temos acesso à ante-câmara.

Ante-câmara

Do átrio para a ante-câmara, por vezes, encontra-se a existência de uma porta larga. O pavimento deste compartimento também é lajeado e com inclinação, possivelmente para drenar as águas residuais. Nas paredes laterais comumente existe bancos em granito. A cobertura da ante-câmara era em V invertido, portanto, de duas águas, com grandes lajes de granito a assentar nos muros laterais. Na parte virada ao interior, as lajes apresentam um exímio acabamento, enquanto a face externa apresenta um remate tosco uma vez que estes monumentos estavam semi-cobertos, podendo ainda esta cobertura ser em material perecível. No fundo da ante-câmara, disposta na vertical, temos a estela que na bibliografia arqueológica se atribui o nome de “Pedra Formosa”, um grande bloco granítico profusamente decorado em alto e baixo-relevo. Na base desta estela abre-se um semi-círculo, típico destes monumentos, com 0,50 m de largura x 0,45 m de altura aproximadamente.

Câmara

Depois de passar pelo orifício apertado, deparamo-nos com a câmara. É neste compartimento que se apanham os ditos banhos de vapor. É a parte do balneário com maior cuidado arquitectónico. A cobertura apresenta a mesma forma da ante-câmara, aqui a única opção de cobertura recaí sobre as grandes lajes de granito, impedindo assim qualquer fuga de vapor, formando uma verdadeira estufa. O pavimento é integralmente lajeado por grandes monólitos aparelhados e cuidadosamente ajustados. As medidas deste compartimento divergem de monumento para monumento, apresentando valores aproximados: 2,45 m longitude x 2,00 m transversal x 1,50 m nas extremidades, junto aos muros laterais x 2,20 m na zona central.

Forno

É neste compartimento que se procede à combustão dos materiais. Em todos os balneários aparecem seixos rolados e numerosas pedras pequenas e médias calcinadas que torna evidente a acção que o calor teve sobre estas. Suficientemente quentes, as pedras e os seixos eram atirados ao chão da fornalha, que também é lajeado mas de aparelho irregular, seguidamente atirava-se água para cima dos seixos e das pedras, com este processo produzia-se o vapor.

Colocamos aqui uma questão: os seixos eram aquecidos no interior? Ou no exterior?

Se fossem aquecidos no interior, era preciso passar a lenha, pelo pequeno orifício na “Pedra Formosa”, algo incómodo. Além disto, para aquecer devidamente os seixos, era necessário a fogueira arder durante muito tempo, tornando os banhos de sauna em banhos de fumo, apesar de haver vestígios de chaminés nestes monumentos, o orifício de extracção não excedia muito mais que os 0,20 m de diâmetro. Não cremos ser suficiente para retirar o imenso fumo que se encontrava no interior. Se a lareira fosse sempre no mesmo sítio do forno, certamente teríamos vestígios do granito desagregado. Finalmente, as paredes destas estruturas não apresentam vestígios de barro, o que é comum na construção dos fornos.

Se os seixos fossem aquecidos no exterior, o processo de aquecimento era relativamente fácil, complicado seria transporta-los para o interior. Tinha que ser um processo rápido e cuidadoso, voltando novamente a ter o inconveniente do pequeno orifício semi-circular da “Pedra Formosa”.

Apesar dos inúmeros entraves, acreditamos que seria no interior do forno que se fazia o aquecimento dos seixos, a julgar pelo aparecimento sistemático destes no interior da estrutura.

O forno comunicava directamente com a câmara, por uma entrada larga que apresenta geralmente uma forma semi-circular, subindo em falsa cúpula, era rematado por uma laje com um orifício de aproximadamente 0,20 m que serviria de chaminé. Normalmente construído por pedras de tamanho médio aparelhadas e cuidadosamente dispostas, não sendo necessário qualquer argamassa.

Na região do vale do alto Ave, até ao momento são conhecidos três balneários castrejos, dois na Citânia de Briteiros em S.Salvador (Briteiros), Guimarães e um no Castro de Calvos, Alto da Quintã, Póvoa de Lanhoso.

Como se tratam de monumentos de utilidade pública, manifestadores de progresso das sociedades castrejas, optamos por descrever estes três balneários castrejos erigidos na nossa área de estudo.

Em 1930, quando procediam à abertura da EN 309, que liga Briteiros a Braga, nas imediações da Citânia de Briteiros, vertente Sul, os operários ao abrir a caixa da estrada, deram conta de uns enormes blocos graníticos dispostos paralelamente em posição horizontal, pensando que as lajes estavam a cobrir uma construção subterrânea. A Sociedade Martins Sarmiento foi alertada, dando logo início à escavação do balneário. Esta intervenção arqueológica atrasou a construção da Estrada em dois anos (Cardozo 1935, 55).

Quando se retomou a abertura da Estrada, em 1932, certamente para não voltar a atrasar a construção, seiscentos metros a Norte do primeiro monumento vislumbravam-se vestígios de ruínas, já parcialmente destruídas pelos operários, Mário Cardozo descreve estas ruínas como sendo muito semelhantes à do monumento descoberto dois anos antes (*idem*, 151).

Após a destruição, ainda era possível avistar uma construção circular, três grandes pedras polidas, e um recinto rectangular. Estes vestígios situam-se entre a muralha exterior e média da Citânia (*idem*, 151).

Seriam a estes vestígios de balneário que pertencia a primitiva “*Pedra Formosa*” que Francisco Craesbeeck refere nas suas *Memórias Ressuscitadas* (Craesbeeck, 1992, 44).

Foi então no ano de 1930, pelas mãos dos operários ao abrirem a Estrada que o primeiro balneário castrejo foi descoberto na Citânia. Foi o Dr. Ricardo de Freitas Ribeiro, um dos Directores da Sociedade Martins Sarmiento, que iniciou a exploração do monumento que então tinha aparecido. No decorrer dos trabalhos encontrou uma nova “*Pedra Formosa*”, pôs a descoberto um corredor com cerca de dois metros de largo por

três de comprido, tendo comunicação com a porta da construção circular. Mário Cardozo faz referência às enormes lajes que ocupavam toda a largura do monumento. No topo desse corredor, certamente Mário Cardozo referia-se ao átrio, encontrava-se abatida mas não horizontalmente, a nova “Pedra Formosa” (Cardozo 1931, 59).

Esta “Pedra Formosa” em termos decorativos é muito mais simples que a primitiva, apresenta dois trísceles: um de maiores dimensões, na parte superior média, com os braços ou raios em movimento dextrósum (no sentido da translação diurna aparente do sol), do lado esquerdo, outro em movimento sinistrósum (*idem*, 201). A decoração interna deste elemento arquitectónico é formada *por três fossetas e duas figuras, evidentemente simbólicas: uma de representação vulgar, outra bastante original. A primeira e a cruz equilátera inscrita num círculo, símbolo solar frequente nas insculpturas rupes- tres de muitas regiões do Norte de Portugal e da Galiza* (*idem*, 255).

O tecto da câmara é de duas águas, a julgar pelos sulcos na parte superior das paredes laterais, onde encaixavam as grandes lajes, estas paredes laterais, não suportariam a pressão exercida pelas lajes da cobertura se não estivessem enterradas (*idem*, 202).

São conhecidos na Citânia de Briteiros dois balneários castrejos, como se trata de um *lugar central*, daí a sua enorme importância no contexto do desenvolvimento do alto Ave. A Citânia de Sanfins também é uma importante estação arqueológica significativa no Noroeste peninsular, mas até à data só lhe é conhecida uma estrutura balnear. Então o porquê de Briteiros ter dois balneários?

Podemos interpretar da seguinte forma: um masculino, outro feminino, uma vez que a construção destes edifícios tinha uma clara utilidade pública (Silva 2007b, 30). Se assim for, denota-se uma clara evidência na separação dos sexos.

Podemos ainda dizer que um destes monumentos deixou de funcionar por qualquer motivo, certamente pela ausência de água, bem essencial à laboração destes edifícios, tornando-se necessário a construção de um novo balneário, não aproveitando a “Pedra Formosa” do balneário inactivo.

Ou será que um destes balneários castrejos serviria as comunidades limítrofes à Citânia de Briteiros, uma vez que esta possuía estatuto de *lugar central*?

São questões que irão ser resolvidas, mais tarde, graças ao crescente desenvolvimento da investigação proto-histórica.

Por último, o balneário do Castro de Calvos, Alto da Quintã, Póvoa de Lanhoso, este monumento foi posto a descoberto por uma retroescavadora quando procedia à movimentação de terras nos trabalhos de exploração de água, junto à pedreira do “Sanfão”, na Póvoa de Lanhoso.

Não dando conta do valor arqueológico, o condutor da máquina iniciou um terrível atentado ao património arqueológico. Arrasou por completo a estrutura balnear. As pedras constituintes do monumento ficaram dispersas por toda a área escavada (Dinis 2002, 162).

Graças a um Professor de História, Francisco Matos, que se tinha deslocado ao local para adquirir umas “pedras bonitas” com um antiquário, apercebeu-se das semelhanças de uma típica “Pedra Formosa”, este Professor deu o alerta a António Pereira Dinis (Arqueólogo), que prontamente se deslocou ao local, fazendo um relato do que encontrou (*idem*, 159-179).

Denunciado este caso na Revista *Mínia*, importa destacar dois aspectos; os fragmentos da “Pedra Formosa”; e uma espécie de “peanha”, como António Pereira Dinis a apelida (*idem*, 167).

Fragmentos da “Pedra Formosa”

Apenas dois fragmentos pertencentes à “Pedra Formosa” foram identificados naquele aglomerado de pedras, dispersos pela área. Estes fragmentos pertenciam à base da estela.

A abertura semi-circular, apresenta dois motivos em forma de 8 horizontal, sobre os motivos em 8, dispõe-se também na horizontal uma moldura lisa, descrevendo um ângulo recto e projecta-se na vertical, acompanha o motivo em espinha, enquadrando pelo interior, um friso decorado com sobreposições de pares em SSSS (*idem*, 165).

Actualmente, estes dois fragmentos encontram-se em exposição na Sala de Interpretação do Território, na Casa da Botica, Póvoa de Lanhoso (Fotografia 1).



Fotografia 1 – Pedra “Formosa” do Alto da Quintã, Calvos.

“Peanha”

Exibe uma forma troncocónica, a base deste artefacto é arredondada, a plataforma superior é boleada, com acabamento polido. No topo existe um rebaixamento em U de configuração circular, com cerca de 2 cm de largura, na plataforma superior são visíveis resíduos, talvez pertencente a um recipiente cujo líquido ao ser derramado deixava as suas marcas (*idem*, 167).

Possivelmente, este objecto pelas suas dimensões e características próprias, fazia parte dos objectos simbólicos necessários à queima de alguma substância para execução de um qualquer ritual. Não queremos aqui descartar por completo a hipótese de pertencer à base de um sistema de iluminação do monumento, algo incómodo a julgar pela sua medida e peso (*idem*, 167; Fotografia 2).



Fotografia 2 – “Peanha”.

5 – Estátua sedente do castro de Lanhoso

No castro de Lanhoso, quando se procedia à abertura da estrada que actualmente dá acesso ao Castelo de Lanhoso, surgiram algumas peças de grande valor arqueológico, algumas já referidas no catálogo dos povoados. Outras, como a estátua sedente (DGEMN 1942, fig. 36 e 37; Alarcão 1996, 305. fig. 3; Fotografia 3), ainda não foram alvo de um estudo mais aprofundado, aqui apenas pretendemos efectuar uns pequenos apontamentos sobre a referida peça. Talvez, posteriormente, possamos aprofundar este tema



Fotografia 3 – Estátua sedente.

Estrabão refere-se aos castrejos como comunidades ateístas. A sua crença baseava-se em aspectos naturais e astrais, como as águas, fontes, rios, montes, rochedos, trovões, o Sol, a Lua, entre outros seres e forças da natureza (Silva 2007a, 397).

As esculturas castrejas, para Martín Almagro-Gorbea, é a representação mítica do antepassado heroificado (Gorbea 2009, 15).

A iconografia castreja, nas suas mais variadas formas, exprime os aspectos mais relevantes da organização social das comunidades indígenas no Noroeste peninsular (Simões 1999, 9).

No território mais interior, as representações zoomórficas são mais evidentes, enquanto que para o litoral expressa-se uma preferência na representação dos guerreiros galaicos como defensores dos povoados. Como sinal de prosperidade e fecundidade, estas comunidades reproduziam estátuas femininas (*idem*, 14).

Apesar do importante papel desempenhado pelo homem nestas sociedades, as estátuas castrejas apresentam-se não só como masculinas, mas também femininas, num estatuto de subalternidade.

Então que significado tinha uma estátua sedente para uma comunidade indígena?

As masculinas, como é o caso da encontrada na Av. da Imaculada Conceição (freguesia de Cividade, Braga), nos finais dos anos 70, tem uma altura máxima de 77 cm. As pernas, dobradas em ângulo recto, encontram-se afastadas deixando ver um falo. Clarividência da masculinidade da estátua (Bettencourt *et alii* 1993/1994a, 280).

Este tipo de estátua representaria o chefe do povoado sentado no seu trono, nas reuniões de anciões que teriam lugar nos grandes edifícios de planta circular, com bancos de pedra em torno da parede, como exemplo a grande estrutura circular da Citânia de Briteiros (Silva 2007a, 406).

Poderá igualmente representar um chefe de família, sentado no seu trono, num dos habituais banquetes familiares que também se faziam num edifício circular com cerca de 5 metros de diâmetro, com os respectivos bancos ao redor dos muros (*idem*, 377).

Armando Coelho entende que a estátua sedente aparecida em Lanhoso tem um cariz feminino com relação ao culto funerário. Pelo seu tamanho, 20 cm de altura, esta peça serviria na perfeição para a realização de práticas funerárias (*idem*, 411).

Um paralelo para a estátua sedente feminina de Lanhoso é a Dama de Baza. Estátua sedente de grandes dimensões (1,30 m altura, pesa entre 800 a 1000 kg), aparecida a 20 Julho de 1971, em Baza, Granada (Contreras 2006, 128).

A cremação de corpos fazia parte do ritual funerário dos povos castrejos, as cinzas do corpo eram depositadas em urnas cerâmicas, posteriormente colocadas em fossas escavadas na terra (*idem*, 128).

Além das urnas cerâmicas, as estátuas sedentes femininas serviam para colocar as cinzas do/a falecido/a. A Dama de Baza é um bom exemplo. Na parte lateral direita do trono, por baixo do braço direito, apresenta uma cavidade onde estavam depositadas as cinzas. Em frente à estátua colocaram vasos cerâmicos, elementos metálicos e armamento guerreiro (*idem*, 128).

A estátua sedente do castro de Lanhoso, actualmente em exposição no Núcleo Museológico do Castelo de Lanhoso, na base apresenta uma cavidade, possivelmente com as mesmas funções funerárias (Fotografia 4).



Fotografia 4 – Base da estátua sedente.

A cronologia das estátuas sedentes pode ser semelhante às estátuas dos guerreiros galaicos pelos atributos iconográficos, aceitando-se assim o séc. I d.C. (Bettencourt *et alii* 1993/1994a, 283).

6 – Metodologia

Para se efectuar uma prospecção rentável em Arqueologia é imprescindível preparar um bom trabalho de gabinete. Esta parte inicial baseia-se numa recolha das referências bibliográficas e de uma análise minuciosa dos imensos topónimos, essenciais à identificação de novos sítios arqueológicos. Posteriormente é fundamental o cruzamento de dados das informações recolhidas.

Em muito nos valeu o distinto trabalho efectuado por Armando Coelho, onde se encontra inventariado todas as estações castrejas do Noroeste peninsular (Silva 2007a, 104-168), com bibliografia específica para cada povoado. Recorremos também aos Apontamentos de Arqueologia efectuados por Francisco Martins Sarmiento, reunidos na “*Antíqua*”, revelando-se também uma preciosa ferramenta de trabalho.

A análise das Cartas Militares que cobrem a nossa área de estudo, também, foi uma boa fonte de informação, no que concerne ao estudo dos topónimos.

Para elaboração deste trabalho encetamos idas sistemáticas às Câmaras Municipais de Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso e Guimarães, autarquias ligadas à nossa área de estudo, para recolha de elementos bibliográficos, sendo feito posteriormente o cruzamento de dados.

No concelho de Fafe, na área abrangida pelo nosso estudo, não existem referências a topónimos sugestivos à implantação de povoados nem referências bibliográficas.

Depois de reunida toda a informação necessária para efectuarmos a prospecção demos início às idas regulares ao terreno. Este trabalho de campo teve como objectivo, confirmar as referências bibliográficas existentes e ainda confirmar dois topónimos muito sugestivos à implantação de um povoado fortificado que, uma vez no local, foi confirmado com inúmeros fragmentos cerâmicos atribuídos à Idade do Ferro.

De forma a facilitar as prospecções dividimos a nossa área de estudo em três, a saber: concelho de Vieira do Minho, concelho da Póvoa de Lanhoso e concelho de Guimarães.

Em cada sítio arqueológico, a nossa atenção incidia essencialmente no reconhecimento de estruturas defensivas e domésticas, mas também, na identificação de fragmentos cerâmicos. Na maioria dos povoados não nos foi fácil proceder à identificação de estruturas, muito por culpa da vegetação, ou porque simplesmente estavam destruídas. Assim, em muitos dos casos, só nos foi possível fazer a recolha de cerâmica à superfície. De salientar que nenhum fragmentos cerâmicos apresentava decoração.

Os populares também contribuíram em muito nos nossos trabalhos de campo, indicando-nos os melhores acessos aos sítios arqueológicos e ainda na confirmação de alguns topónimos.

7 – Catálogo dos povoados fortificados

A região do alto Ave, premiada com inúmeros acidentes topográficos e infinitas linhas de água, foi um local por excelência para fixação das comunidades castrejas. No total, identificamos 22 estações arqueológicas distribuídas por apenas três concelhos (Anexo II).

A “controlar” a nascente do rio Ave contamos com cinco povoados fortificados. Ao longo do seu percurso até à confluência com o rio Selho estão dispersos os restantes dezassete.

Achamos conveniente dividir os povoados fortificados por concelhos, tornando-se mais cómodo a organização em termos de trabalho e, simplificando desta forma a leitura:

I – Vieira do Minho (Anexo III).

II- Póvoa de Lanhoso (Anexo IV).

III – Guimarães (Anexo V).

Em primeiro lugar, e para facilitar a consulta cartográfica, atribuímos-lhe um número de ordem, seguindo-se um conjunto de informação respeitante à localização do povoado, com referência à freguesia e lugar. A indicação subsequente é das coordenadas geográficas do local, obtidas a partir do sistema de coordenadas WGS-84, com altitude de implantação do povoado, bem como o número da Carta Militar na qual está inserido o castro.

O segundo bloco destina-se aos acessos do povoado.

O terceiro bloco de informações é respeitante ao tipo de assentamento.

O quarto conjunto de informação descreve a topografia do local, condições naturais de defesa e, as linhas de água que se encontram na envolvente.

Em quinto lugar, tentamos hipoteticamente estabelecer as principais actividades de subsistência do povoado.

Atribuímos ao sexto bloco a descrição do povoado, nomeadamente o seu sistema defensivo e estruturas domésticas visíveis.

O sétimo apartado destina-se à descrição do espólio cerâmico da estação arqueológica.

Em oitavo lugar, sempre que possível, efectuamos uma avaliação do estado de conservação do sítio.

No nono bloco de informação executamos um exercício que consiste na visibilidade dos vários povoados, a partir do castro onde nos encontramos.

Por último, indicamos a respectiva bibliografia do povoado.

Através do Google Earth foi-nos possível apresentar imagens da região com a localização dos povoados fortificados, esta informação está, disponível na última parte da obra.

I – Vieira do Minho

1 – Anissó

Castro de Anissó

Latitude 41°36'36,40" N; Longitude 8°09'53,17" O; Altitude 730 m (Folha 57 – 1:25000)

Partindo da freguesia de Anissó, seguir a direcção ao Cabo de Além, entrar num caminho florestal até uma pedreira.

A estação arqueológica situa-se no ponto mais alto do monte de Crasto. Só na vertente Noroeste é que não tem boas condições naturais de defesa.

Este Monte apresenta uma forma circular, o ponto mais alto atinge os 732 metros de altitude. Nas encostas deste monte, apenas nasce uma linha de água, tributária do Ave.

Pelas condições topográficas, a pastorícia seria a principal actividade de subsistência deste povoado.

Este castro possui um complexo sistema defensivo, composto por uma muralha a proteger toda a plataforma, a Noroeste possui outra linha de muralha e, ainda nesta vertente, possivelmente existe uma terceira linha de muralha.

Não é visível qualquer estrutura doméstica.

O espólio cerâmico é muito escasso, contando apenas com fragmentos de cerâmica de paredes finas, de pasta escura de cozedura redutora, contendo bastante mica como desengordurante.

De um modo geral este povoado encontra-se em mau estado de conservação.

Castros visíveis a partir deste povoado: Monte Castro (Brunhais); Alto do Santinho; Citânia de Briteiros; Monte de Santa Iria; Castro de Lanhoso; Pena Província; Castro de Atafona; S. Mamede de Penafiel; Serra de Santo Tirso; Castro de Vieira.

Bibliografia:

http://patrimonio.cm-vminho.pt/vm_content.html

FERREIRA J.C. *et alii* 2007, p. 53; FONTES *et alli* 2007, p. 12; SILVA A.C.F.S. 2007, p. 128

2 – Guilhofrei

Lugar de Crasto

Latitude 41°34'18,83" N; Longitude 8°08'31,96" O; Altitude 310 m (Folha 57 – 1:25000)

Na freguesia de Guilhofrei, seguir a EN 205 em direcção à Póvoa de Lanhoso, ao km 81, virar à direita até ao final da rua.

Este castro assenta num pequeno remate de esporão voltado à ribeira das Ínsuas, tem uma visão reduzida sobre a paisagem circundante.

Na vertente Norte tem boas condições de defesa, na encosta Oeste corre a ribeira das Ínsuas, na encosta Este corre outra linha de água.

Pelo vale fértil a Oeste e a Sul, esta comunidade certamente dedicava-se à exploração do vale.

Este sítio encontra-se bastante destruído, não foi possível identificarmos qualquer estrutura defensiva, existe na parte mais elevada do povoado uma plataforma, na encosta Oeste parece existir um pequeno talude defensivo.

Não foi possível reconhecer estruturas domésticas, entretanto, na plataforma superior, mais ou menos no centro, existe uma cavidade circular com cerca de 20 cm de diâmetro por 20 cm de profundidade, escavada no afloramento granítico. Esta cavidade tem paralelos no Castro de Lanhoso, onde existem três cavidades idênticas, mas de menos profundidade.

Na plataforma superior foi possível detectar escassos fragmentos de cerâmica alaranjada paredes espessas, o barro é pouco depurado, bastante mica e grãos de areia como desengordurante.

Este Castro encontra-se bastante destruído pela construção de habitações por toda a área do Castro.

Castros visíveis a partir deste povoado: Pela sua baixa altitude, não é possível ter contacto visual com outros povoados.

Bibliografia:

INÉDITO

3 – Rossas

Monte do Castelo

Latitude 41°34'40,20" N; Longitude 8°03'40,10" O; Altitude 720 m (Folha 58 – 1:25000)

Seguir na EN 205, virar à esquerda para a freguesia de Agra, elevação do lado esquerdo da estrada.

Este povoado está localizado no ponto mais alto do Monte Castelo.

Esta formação montanhosa em forma de cone, tem 726 metros de altitude máxima, por ter esta forma geométrica, todas as vertentes têm um grande declive, por isso, apresenta boas condições naturais de defesa. Neste monte nascem quatro linhas de água, todas subsidiárias do Ave.

Pela localização do povoado, esta comunidade dividia-se entre a exploração do vale e, a pastorícia.

Possui duas linhas de muralhas concêntricas, mas com a vegetação que assola o local, não nos foi possível identificar o tipo de aparelho construtivo.

Por causa da intensa vegetação rasteira, não nos foi possível identificar estruturas domésticas.

Por entre a vegetação é possível identificar pedaços de cerâmica de paredes finas, de cozedura redutora, tendo como principal desengordurante a mica, alguns fragmentos cerâmicos de paredes espessas, de cor acinzentado, também é possível identificar cerâmica comum romana, tegula.

Encontra-se num estado razoável de conservação.

Castros visíveis a partir deste povoado: S. Mamede de Penafiel; Castro de Anisó.

Bibliografia:

http://patrimonio.cm-vminho.pt/vm_content.html

CUNHA A.R. 1975, p. 509; FERREIRA J.C. *et alii* 2007, p. 45; FONTES *et alii* 2007, p. 12; SILVA A.C.F.S. 2007, p. 128

4 – Tabuaças

Castro de Atafona

Latitude 41°37'42,73" N; Longitude 8°09'37,44" O; Altitude 524 m (Folha 57 – 1:25000)

De Vieira do Minho seguir a EN 304 em direcção às Cerdeirinhas, ao km 87 no lugar de Atafona, seguir um caminho florestal no sentido de Sanguinhedo.

Depois de inúmeras tentativas no sentido de encontrarmos este povoado fortificado o nosso esforço revelou-se insuficiente. Na página de internet, da Câmara Municipal de Vieira do Minho, o descritor localização é muito vago, referindo apenas que, está entre o km 86 e o km 87. Esta zona foi toda calcorreada não aparecendo vestígios do referido povoado.

Contudo, por informações orais, foi-nos apontado um monte como sendo o monte do Crasto. Actualmente pela densa vegetação não nos foi possível prospectar o referido monte.

Bibliografia:

http://patrimonio.cm-vminho.pt/vm_content.html

FERREIRA *et alii* 2007, p. 55; FONTES *et alii* 2007, p. 12

5 – Vieira do Minho

Castro de Vieira

Latitude 41°38'09,35" N; Longitude 8°07'23,74" O; Altitude 560 m (Folha 58 – 1:25000)

Do centro de Vieira do Minho, seguir na EM 526, em direcção à freguesia de Cantelães, findo 1 km virar à esquerda por um caminho florestal.

A estação arqueológica está assente no cume do monte, tem uma ampla visão sobre o vale onde se desenvolve a vila de Vieira do Minho.

Este monte em forma de cone, concede às suas vertentes boas condições naturais de defesa. No sopé do monte correm inúmeras linhas de água subsidiárias do rio Ave.

Pela ampla visão sobre o vale de Vieira do Minho, esta comunidade praticava a agricultura, também se dedicavam à pastorícia por estarem implantados no sopé da Serra da Cabreira.

Este castro apesar das boas condições naturais de defesa, o seu sistema defensivo é composto por três linhas de muralhas concêntricas, na vertente Sul defendem amplas plataformas.

Este sítio foi ocupado até à Idade Média, pelos entalhes nos afloramentos graníticos, estamos perante um castelo “roqueiro”, por esta ocupação, os vestígios de estruturas domésticas castrejas, são muito escassos, apenas alguns aglomerados de pedras.

Relativamente à cerâmica, os fragmentos são maioritariamente de paredes finas de pastas escuras, a cozedura é razoável em atmosfera redutora, com alto teor de desengordurantes (mica e areia).

Apesar da longa ocupação deste sítio, ainda se encontra em bom estado de conservação.

Castros visíveis a partir deste povoado: Castro de Atafona; S. Mamede de Penafiel; Castro de Anissó.

Bibliografia:

http://patrimonio.cm-vminho.pt/vm_content.html

CUNHA A.R. 1975, p. 507; FERREIRA J.C. *et alii* 2007, p. 39; FONTES *et alii* 2007, p. 11; SILVA A.C.F.S. 2007, p. 128

II – Póvoa de Lanhoso

6 – Brunhais

Monte Castro

Latitude 41°35'43,30"N; Longitude 8°10'53,66" O; Altitude 580 metros (Folha 57 – 1:25000)

O acesso a este local faz-se a partir da freguesia de Travassos em direcção a Vieira do Minho (EM 599), passando o lugar de Leiradela, findo 3 km do lado esquerdo junto a enormes penedias encontramos o povoado.

Esta estação arqueológica está assente no ponto mais elevado do monte.

Este monte tem como altitude máxima 588 metros, é possível controlar uma extensa área do vale do Ave, das encostas nascem quatro linhas de água, todas subsidiárias do Ave.

Possui boas condições naturais de defesa, principalmente nas encostas Oeste e Este.

Tem uma linha de muralha muito destruída, por informações orais recolhidas, ainda à uns anos atrás, era visível um enorme muro. Arlindo Cunha refere que na tarde

de 27 de Julho de 1968, subiram o monte e atingiram *o circuito amuralhado*, na sua descrição refere a existência de *covas rupestres, a interrupção da muralha num ponto onde deverá ter sido uma entrada e, mais do que isso os sinais dum fosso dos lados de Oeste, onde faltava a defesa natural*. Não nos foi possível perceber o tipo de aparelho construtivo desta estrutura (Cunha 1975, 523).

Pela imensa vegetação, não detectamos nenhuma estrutura doméstica, apenas no cume surge um pequeno alinhamento de pedras,

Pela vegetação que cobre o local, só nos foi possível identificar escassos fragmentos de cerâmica de pasta escura, de atmosfera redutora, tendo muita mica como desengordurante.

Sítio bastante destruído.

Castros visíveis a partir deste povoado: S. Mamede de Penafiel; Serra Santo Tirso; Pena Província; Castro de Anissó; Monte do Castelo (Rossas); Castro de Leiradela; Alto do Santinho; Citânia de Briteiros; Monte Santa Iria; Castelo de Baixo (Garfe).

Bibliografia:

CUNHA A.R. 1975, p. 523; REGALO 1991; SILVA A.C.F.S. 2007, p.127

7 – Calvos

Monte de Calvos

Latitude 41°35'27,82"N; Longitude 8°16'01,39"O; Altitude 324 metros (Folha 57 – 1:25000)

O acesso a este local faz-se a partir da freguesia de Calvos, vira-se para o lugar de Santa Marta.

Esta estação arqueológica ocupa toda a plataforma superior do Monte de Calvos, tendo como cota máxima 329 metros.

Este povoado tem boa visibilidade para Sudoeste local onde se situa a Vila da Póvoa de Lanhoso, é nesta vertente onde o declive é mais acentuado, enquanto a vertente Norte, Este e Sul convergem para o território fértil da freguesia de Calvos.

As condições naturais de defesa tiveram de ser reforçadas, segundo Henrique Regalo, com um talude defensivo e um fosso, actualmente não são visíveis, muito por culpa de uma pedreira que continua a lavrar em direcção ao povoado, mas também pelos proprietários dos terrenos, que procederam a terraplanagens.

Como já foi referido anteriormente, na vertente Norte, Este e Sul, possui terrenos férteis, com óptimas condições para a prática da agricultura, sendo um vale irrigado por inúmeras linhas de água, uma inclusive, nasce no Monte de Calvos, confluindo todas para a Ribeira de Pereiros afluente do rio Ave. Na vertente Oeste existem terrenos férteis, onde se situa a Vila da Póvoa de Lanhoso, certamente dividiam este vale com os ocupantes do Castro de Lanhoso.

Actualmente, não é possível identificar qualquer estrutura doméstica, por se apresentar num avançado estado de destruição, só a vertente Norte ainda não sofreu as investidas dos proprietários, possui muita vegetação (mato), tornando assim impossível avistar qualquer tipo de estrutura.

Relativamente ao espólio, maioritariamente aparece-nos fragmentos de cerâmica comum romana de paredes finas de pastas bejes, inúmeros fragmentos de tegula, imbrex, fundos de ânforas, atestando assim uma intensa ocupação romana deste povoado, acreditamos que tenha sido um *lugar central* devido à sua localização e dimensões do povoado.

Em 2001 António Pereira Dinis, relatou a destruição de um balneário castrejo, actualmente, partes da pedra formosa estão em exposição na Sala de Interpretação do Território na Casa da Botica.

O este povoado encontra-se em muito mau estado de conservação, sendo ameaçado diariamente pela pedreira que lavra em direcção à parte mais elevada do castro.

Castros visíveis a partir deste povoado: S. Mamede de Penafiel; Serra Santo Tirso; Castro de Lanhoso; Alto do Santinho; Castro Taíde; Pena Província; Castelo de Baixo (Garfe).

Bibliografia:

DINIS 2002; REGALO 1991; SILVA A.C.F.S. 2007, p.127

8 – Frades

Serra de S. Mamede de Penafiel

Latitude 41°37'36,47" N; Longitude 8°14'43,73" O; Altitude 712 metros (Folha 57 – 1:25000)

O acesso ao alto deste monte faz-se a partir da EN 103, na freguesia de Frades, no lugar de Cruzes virar para o Miradouro de S. Mamede.

Este habitat situa-se numa plataforma que se desenvolve de Norte para Sul, cerca de 50 metros abaixo da crista montanhosa.

A Serra de S. Mamede de Penafiel é o ponto mais alto do concelho da Póvoa de Lanhoso, com 743 metros de altitude máxima. Nas suas encostas é possível apreciar os

blocos graníticos característicos da paisagem minhota, na parte mais elevada deste monte, existem grandes afloramentos rochosos. Pela sua proeminência, é natural que neste monte surjam várias linhas de água, subsidiárias do rio Cávado e do rio Ave.

Pela sua altitude, esta Serra oferece uma ampla visão sobre uma considerável extensão dos vales do rio Cávado e do Ave, por isso, e pela forma em cone com vertentes abruptas em algumas encostas, possui excelentes condições naturais de defesa.

Por se tratar de uma grande Serra, possivelmente a comunidade que ali habitava, sobrevivia da pastorícia, uma vez que teriam de fazer grandes deslocações para alcançarem um vale fértil.

Segundo Padre Arlindo Cunha, *existia um extenso arco de uma muralha castreja cujas extremidades se vão ligar, de um e outro lado, a rudes penedias*, ainda são visíveis parcos vestígios dessa muralha que aproveita os enormes afloramentos, a própria estrutura é composta por enormes blocos graníticos. Na vertente Oeste e Este por ter encostas muito abruptas, não nos pareceu existir qualquer tipo de sistema defensivo.

No interior da muralha existe uma pequena plataforma, onde ainda é visível a base de uma estrutura doméstica circular, com cerca de 5 metros de diâmetro com paredes a apresentar uma espessura de aproximadamente 40 cm. Não nos foi possível atestar a presença ou não de vestíbulo.

O espólio cerâmico descoberto à superfície é um pouco diversificado, surgem fragmentos de cerâmica grosseira com pasta arenosa de cor beje, apresentando alguma mica, as paredes são espessas, aparece cerâmica com pastas escuras de atmosfera redutora com muita mica, sendo de fabrico cuidado. Em grandes quantidades aparece tegula romana, já o Padre Arlindo Cunha menciona a existência de telhas romanas na sua visita ao local.

A construção de uma capela no início do séc. XX destruiu 31 sepulturas antropomórficas, é de equacionar se não destruiu uma grande parte deste povoado, actualmente apresenta um estado razoável de conservação.

Castros visíveis a partir deste povoado: Serra Santo Tirso; Pena Província; Castro Taíde; Alto do Santinho; Monte Castro (Brunhais); Castro Anissó; Monte do Castelo (Rossas); Castro de Vieira; Castro de Lanhoso; Monte de Calvos; Castro de Gonça; Bouça do Campo Novo (Pinheiro); Monte de Santiago (Pencelo); Monte de Santa Eulália (Fermentões); Castelo de Baixo (Garfe).

Bibliografia:

CUNHA A.R. 1975, p. 517/533; REGALO *et alii* 1991; SILVA A.C.F.S. 2007, p.127

9 – Garfe

Castelo de Baixo

Latitude 41°31'53,30" N; Longitude 8°14'34,20" O; Altitude 330 metros (Folha 71 – 1:25000)

O acesso a este sítio arqueológico faz-se a partir da freguesia de Garfe em direcção a Gonça (EN 207-4), entre o km 4 e o km 5 existe um caminho florestal à esquerda, no caminho florestal andar aproximadamente 300 metros.

O povoado assenta num remate de esporão, numa plataforma de dimensões consideráveis, virada para a freguesia de Garfe, a uma altitude máxima de 337 metros.

A condição topográfica do terreno proporciona excelentes condições naturais de defesa, apresentando nas encostas Norte, Este e Oeste escarpas de difícil acesso, só a vertente Sul é que apresenta menos pendente. Deste povoado, apesar de não se encon-

trar no ponto mais alto da Serra, consegue-se avistar uma considerável extensão do Ave e, algumas freguesias do concelho da Póvoa de Lanhoso. Nas suas encostas passam duas linhas de água que correm directamente para o Ave.

Pelas condições do terreno, era um povoado que se dedicava principalmente à pastorícia.

Na deslocação ao local, não nos foi possível detectar estruturas defensivas.

Na plataforma, não foi possível avistar nenhuma estrutura doméstica, contudo, foi possível detectarmos alguns alinhamentos de pedras.

Nesta plataforma surgem inúmeros fragmentos de cerâmica, principalmente cerâmicas de paredes finas de cor escura cozidas em ambiente redutor de cozedura razoável, apresentam um alto teor de desengordurante (mica e grãos de areia).

Manifesta um mau estado de conservação.

Castros visíveis a partir deste povoado: Castro de Gonça; Citânia de Briteiros; Monte Santa Iria; Bouça do Campo Novo (Pinheiro); Castro de Lanhoso; Monte de Calvos; Serra Santo Tirso; S. Mamede de Penafiel; Alto do Santinho; Castro Taíde; Pena Província; Monte Castro (Brunhais).

Bibliografia:

SARMENTO 1999, p. 30; SILVA A.C.F.S. 2007, p.127

10 – Geraz do Minho

Serra de Santo Tirso

Latitude 41°36'23,83" N; Longitude 8°16'52,19" O; Altitude 460 metros (Folha 57 – 1:25000)

O acesso faz-se a partir da freguesia de Rendufinho em direcção a S. João de Rei (E.M. 1359), seguir por um caminho florestal até à base a serra, apanhar outro caminho florestal que leva ao topo deste monte.

Esta estação arqueológica assenta no ponto mais alto da Serra, a formação montanhosa apresenta uma forma de cone, regista um dos pontos mais elevados do concelho da Póvoa de Lanhoso, o monte de Santo Tirso divide o vale do Cávado a Oeste do vale do Ave a Este. Nesta Serra nascem várias linhas de água, repartindo-se entre o rio Cávado e Ave.

A sua situação topográfica beneficia de excelentes condições naturais de defesa, conferindo-lhe um domínio visual apreciável para os dois vales.

A principal actividade de subsistência deste povoado era certamente a pastorícia, uma vez que, os vales férteis ainda se encontravam a uma distância significativa.

Na parte mais alta da Serra, existe um recinto plano e extenso, recentemente foi todo aplanado para plantação de eucaliptos. A contornar esta plataforma superior registam-se vestígios de um pano de muralha desmoronada, esta estrutura em alguns trechos chega a ter cerca de 2 metros de largura na base, encosta aos vários afloramentos graníticos existentes no local, os vestígios são mais evidentes na vertente Sul e Este. A densa vegetação não deixa entender a forma de construção da muralha, mas aparentemente, trata-se de uma construção de um só paramento com pedra miúda.

Na plataforma superior que recentemente foi revolvida, não nos foi possível detectar qualquer estrutura doméstica ou outro tipo de construção, os fragmentos cerâmicos também são raros.

Na vertente Oeste desta plataforma, aproximadamente 150 metros, surgem inúmeras estruturas derrubadas, algumas delas encostadas aos blocos graníticos existentes no local,

É nesta vertente que surge maior concentração de fragmentos cerâmicos, estes fragmentos de fabrico grosseiro, pela sua pasta arenosa com elevado teor de desengor-
durantes, nomeadamente grão de quartzo, com uma coloração beje.

Pelo que recentemente aconteceu com esta estação arqueológica, podemos afir-
mar que o seu estado de conservação é muito mau, por se ter revolvido praticamente
toda a terra para o plantio de eucaliptos.

Castros visíveis a partir deste povoado: S. Mamede de Penafiel; Pena Província;
Castro Anissó; Alto do Santinho; Castro Taíde; Castro de Lanhoso; Monte de Calvos;
Monte Castro (Brunhais); Castro de Gonça; Bouça do Campo Novo (Pinheiro); Castelo
de Baixo (Garfe).

Bibliografia:

CUNHA A.R. 1975, p. 517; MARTINS M. 1990, p. 91; REGALO *et alii* 1991;
SILVA A.C.F.S. 2007, p.127

11 – Lanhoso

Bouça do Campo Novo (Pinheiro)

Latitude 41°35'15,29"N; Longitude 8°17'19,90"O; Altitude 320 metros (Folha
57 – 1:25000)

O acesso e este sítio faz-se a partir do cruzamento do Pinheiro na freguesia de
Lanhoso, aí, apanhar uma estrada com piso em paralelo, sem saída, virar num caminho à
esquerda e seguir o caminho pedonal que circunda todo este morro.

A estação arqueológica está assente numa plataforma de grandes dimensões.

Este local tem como altitude máxima 324 metros, domina uma boa parte do vale de Lanhoso, local fértil por excelência, neste vale foi escavado nos anos 90 uma *Villa* Romana. Na encosta Sul, voltada para o rio Ave, nasce uma pequena linha de água, na encosta Noroeste, voltada ao Cávado, nasce outra linha de água.

Na encosta Norte, passa relativamente perto a Via XVII, importante via romana que ligava Bracara Augusta (Braga) a Asturica Augusta (Astorga).

Este povoado não tem boas condições naturais de defesa.

Certamente era uma comunidade que explorava o vale de Lanhoso, também tendo a possibilidade de se dedicar à pastorícia, uma vez que na encosta Oeste desenvolve-se a Serra do Carvalho.

O sistema defensivo parece basear-se num talude na vertente Sul, a imensa vegetação não nos deixou perceber a sua extensão.

Na plataforma não é possível identificar qualquer tipo de estrutura, contudo, na encosta voltada a Norte, é possível reconhecer um pequeno alinhamento, estando nas imediações quatro grandes fragmentos de *dolium*.

No local existe muita vegetação rasteira, nomeadamente, manta morta, por este factores é muito difícil detectar fragmentos cerâmicos, porém, ainda que raros, é possível identificar fragmentos de cerâmica de paredes finas, de pastas escuras, cozida em atmosfera redutora.

Apresenta um mau estado de conservação, em parte pela consecutiva plantação de eucaliptos.

Castros visíveis a partir deste povoado: Serra Santo Tirso; S. Mamede de Penafiel; Castro de Gonça; Castelo de Baixo (Garfe).

Bibliografia

PALIMPSESTO 2006

12 – Lanhoso

Castro de Pena Província

Latitude 41°34'54,48"N; Longitude 8°18'09,42"O; Altitude 490 metros (Folha 57 – 1:25000)

O acesso a este povoado faz-se a partir da EN 103 que liga Póvoa a Braga, na freguesia de Covelas vira-se para o aterro da Braval.

O povoado ocupa o ponto mais proeminente da Serra do Carvalho.

Tendo como altitude máxima 490 metros, domina uma considerável região, voltada ao vale do Cávado e Ave. Nas suas encostas nascem várias linhas de água, subsidiárias do rio Ave, na vertente Oeste desenvolve-se um planalto, onde estão inventariados sete monumentos megalíticos.

Possui boas condições naturais de defesa, principalmente na encosta Norte e Este.

A principal actividade de subsistência baseava-se na pastorícia, por se encontrar em plena Serra do Carvalho.

Parece ter existido na vertente Norte um talude defensivo, mas actualmente muito destruído e, com bastante vegetação.

Não existe qualquer vestígio de estrutura doméstica.

Na declive virado a Este aparecem fragmentos de tegula, e algum material de construção romana.

Este local já sofreu inúmeras remoções de terra para plantação de eucaliptos, parece também ter existido uma pedreira de pequenas dimensões, existe inúmeros amontoados de pedras miúdas.

Este sítio encontra-se bastante destruído.

Castros visíveis a partir deste povoado: Serra Santo Tirso; Monte de Calvos; S. Mamede de Penafiel; Alto do Santinho; Castro de Taíde; Monte Castro (Brunhais); Castro de Anissó; Castro de Gonça; Castelo de Baixo (Garfe).

Bibliografia:

CUNHA A. R. 1975 p. 517; REGALO 1991; SARMENTO 1999, p. 23; SILVA A.C.F.S. 2007, p.127

13 – Póvoa de Lanhoso

Castro de Lanhoso

Latitude 41°35'13,89"N; Longitude 8°16'49,77"O; Altitude 312 metros (Folha 57 – 1:25000)

O acesso a este povoado fortificado faz-se a partir do centro da Vila da Póvoa de Lanhoso, em direcção a Braga. No lugar do Horto, vira-se à direita em direcção a Arcas – Rendufinho.

Em 1960, Avelino Jesus Costa, elaborou um estudo da organização da diocese de Braga no tempo do Bispo D. Pedro, nesse trabalho encontra-se a mais antiga referência ao Castro de Lanhoso “*Subtus monte Spino castro Laginoso discurrente rivulo Provizola territorio Bracarensi...*” (Costa 1960, 113).

Este povoado está implantado sobretudo na vertente Este do Monte do Pilar, este Monte é a maior formação rochosa da Península Ibérica, tem uma cota máxima de 383 metros, onde se implementa o Castelo de Lanhoso.

Este bloco granítico destaca-se na paisagem pela sua imponência, tem uma forma ovalada e, encostas abruptas, por isso, possui excelentes condições naturais de defesa.

Certamente a comunidade que habitava neste Castro, dividia o vale fértil da Póvoa de Lanhoso com o povoado do Monte de Calvos.

Apesar de o terreno ter um grande declive surgiu a necessidade de se criar uma estrutura defensiva, actualmente está muito coberta por vegetação rasteira, não dando para perceber o seu aparelho construtivo, localiza-se do lado direito da estrada na direcção Horto – Arcas.

A abertura da estrada nos anos 30 do séc. XX, que dá acesso ao Castelo de Lanhoso, pôs a descoberto alicerces de várias casas de plantas circulares, apresentando um diâmetro de cerca de 4,5 m e uma espessura das paredes de aproximadamente 0,40 cm. O aparelho destas casas é irregular, fazendo parte de algumas paredes, na face externa, pedras de grandes dimensões, colocadas ao alto. Surgem também estruturas quadrangulares e rectangulares.

O espólio é muito diversificado, surgiram 3 torques que já mereceram uma profunda análise (Teixeira 1939, 1-8), um capacete em bronze (Bellido 1946, 356-358), uma estátua sedente em granito (Bettencourt 1993/1994, 279-291), uma figura ídolo?, várias contas de colar, inúmeros cossoiros. Os fragmentos de tegula e *imbrex* são os que mais abundam pelo Castro, aqui e ali surgem fragmentos de cerâmica redutora, com bastante mica. De referir que este povoado segundo Manuela Martins (Martins 1990, 92) atesta uma ocupação atribuível ao período Calcolítico, ou ao Bronze Inicial, pelos fragmentos com decoração metopada, cerâmica tipo “Penha”.

Este Castro está classificado como Imóvel de Interesse Público, por este facto, encontra-se em muito bom estado de conservação.

As primeiras intervenções arqueológicas foram efectuadas por Carlos Teixeira, nos anos 30, quando se puseram a descoberto as estruturas. Em 1982, K. Petrusco, também efectuou sondagens arqueológicas.

Castros visíveis a partir deste povoado: S. Mamede de Penafiel; Serra Santo Tirso; Monte de Calvos; Castro de Anissó; Alto do Santinho; Castro de Taíde; Castelo de Baixo (Garfe).

Bibliografia:

BELLIDO 1946, p. 356-358; BETTENCOURT 1993/1994; BETTENCOURT 2000; BETTENCOURT *et alli* 1993/1994; COSTA A. J. 1960, p. 113; CUNHA A.R. 1975 p. 517; MARTINS 1990, p. 91; REGALO 1991; SILVA A.C.F.S. 2007, p.127; TEIXEIRA 1939; TEIXEIRA 1940

14 – S. Martinho do Campo

Monte de Santa Iria

Latitude 41°32'2,62"N; Longitude 8°17'46,41"O; Altitude 318 metros (Folha 71 – 1:25000)

Tomar a direcção de S. Martinho do Campo, lugar de Vilar, daí segue-se a pé posto até ao alto do monte.

Este povoado está implantado na parte mais proeminente do Monte de Santa Iria, à cota máxima de 318 metros. Pela sua altitude possui uma boa visibilidade para o Ave que dista em linha recta, cerca de 1,5 km. Para a vertente Oeste é possível avistar a Citânia de Briteiros, que em linha recta fica a cerca de 2 km.

A forma pronunciada de um cone, principalmente na vertente virada ao Ave, proporciona excelentes condições naturais de defesa. Na base desta elevação, na vertente Oeste e na vertente Este, atravessam duas linhas de água afluentes do Ave.

Principalmente a vertente virada ao Ave possui inúmeros vales férteis de fácil acesso. Certamente por estas facilidades, esta comunidade explorava os recursos agrícolas que o vale lhes proporcionava, como exploravam os recursos piscatórios que o rio lhes oferecia.

Na vertente Este do monte, desenvolvem-se duas linhas de muralha, este sistema defensivo apresenta-se bastante destruído, na vertente Sudeste do povoado parece existir um talude.

Onde se desenvolve o povoado, existem duas plataformas, uma com cerca de 20 metros de diâmetro, é a parte mais elevada do castro, sendo interpretada como a acrópole, uns escassos metros abaixo desta plataforma, desenvolve-se uma outra plataforma com cerca de 80 metros de diâmetro. Quer numa, quer noutra plataforma, existe bastantes fragmentos de cerâmica, não sendo visíveis estruturas domésticas, muito por culpa da densa vegetação.

O material cerâmico proveniente deste povoado apresenta paredes finas com uma elevada quantidade de desengordurantes, maioritariamente mica, e em menor quantidade grãos de areia, as pastas são escuras de atmosfera redutora, apresentando boa cozedura. Surgem também alguns fragmentos de paredes espessas de fabrico manual de pasta escura, com poucos desengordurantes.

Pelo seu difícil acesso, este povoado ainda se encontra num bom estado de conservação.

Castros visíveis a partir deste povoado: Citânia de Briteiros; Castro Taíde; Alto do Santinho; Monte Castro (Brunhais); Castro Anissó; Castro de Gonça; Castelo de Baixo (Garfe);

Bibliografia:

15 – Taíde (Cima de Vila)

Castro de Taíde

Latitude 41°34'13,81"N; Longitude 8°13'34,91" O; Altitude 300 metros (Folha 57 – 1:25000)

O acesso a este sítio arqueológico faz-se a partir da EN 205 no lugar de Crasto, Taíde, apanhar o caminho florestal até ao cimo do monte onde foi construído um reservatório de água das Águas do Ave.

Este povoado estende-se desde uma grande plataforma virada a Noroeste (onde recentemente foi construído um reservatório de água), até outra plataforma superior, que foi completamente arrasada para plantação de eucaliptos. Seria um povoado com uma dimensão considerável, atendendo aos fragmentos cerâmicos dispersos.

Apesar de se encontrar a baixa altitude, possui boas condições naturais de defesa, principalmente nas encostas Norte, Sul e Oeste. Na vertente virada a Este (Alto do Santinho), as condições naturais de defesa são diminutas. Destas encostas nasce apenas uma linha de água, corre em direcção ao Ave.

A comunidade deste povoado certamente praticava a pastorícia no planalto a Este, e agricultava os vales férteis a Oeste e a Sudoeste.

Actualmente não é visível qualquer sistema defensivo, nas vertentes Norte, Sul e Oeste parece existir um talude, como esta área já foi muito destruída, a avaliação é muito superficial.

Não foi possível detectar qualquer estrutura doméstica, o intensivo plantio de eucaliptos destruiu todos os vestígios.

É visível por toda a área inúmeros fragmentos cerâmicos; alguma cerâmica alaranjadas de paredes espessas, com poucos desengordurantes (mica e areia), paredes engobadas; cerâmicas acinzentadas de paredes finas com pasta mais depurada, e bem cozidas; cerâmicas cozidas em atmosfera redutora com pastas escuras, apresentando mica e areia como desengordurante, as paredes são finas.

Povoado completamente destruído.

Castros visíveis a partir deste povoado: S. Mamede de Penafiel; Serra Santo Tirso; Pena Província; Alto do Santinho; Monte do Castelo (Rossas); Castro de Lanhoso; Monte de Calvos; Citânia de Briteiros; Monte Santa Iria; Castelo de Baixo (Garfe).

Bibliografia:

INÉDITO

16 – Taíde/Oliveira

Alto do Santinho

Latitude 41°34'36,31"N; Longitude 8° 12'52,41"O; Altitude 395 metros (Folha 57 – 1:25000)

Os acessos a este lugar faz-se pela freguesia de Travassos, perto da igreja vira-se à esquerda em direcção a Oliveira, passados 2 km virar para um caminho florestal.

O castro de Santinho ocupa a parte mais elevada do monte de Santinhos, tendo 399 metros de altitude máxima.

Esta formação montanhosa alonga-se desde Vilar, em Travassos, até Cima de Vila, em Taíde, separa as freguesias de Oliveira e Travassos. A comunidade castreja escolheu o ponto mais elevado desta formação montanhosa, por isso, possui boa visibilidade para o vale fértil e bem irrigado onde actualmente cresce a freguesia de Oliveira a Noroeste, a Sul controla o vale do Ave. Deste povoado é possível avistar a Serra da Cabreira, nascente do rio Ave. Nas encostas deste monte nascem quatro linhas de água, duas confluem para a ribeira de Vides afluente do rio Ave, as outras duas confluem directamente para o Ave.

Apesar da sua altitude, este povoado não possui grandes condições naturais de defesa. Na vertente Oeste o acesso é relativamente fácil, já nas encostas Sul e Norte, o acesso é mais difícil por terem vertentes abruptas. Na encosta Este, foi necessário criar um talude para proteger o povoado.

Este povoado dispunha de três actividades de subsistência, a agricultura, por estarem relativamente próximo dos vales, a pastorícia, e actividades piscatórias apesar da distância ao Ave ser considerável.

Como as condições naturais do terreno não ofereciam protecção ao povoado, foi necessário criar um enorme talude a Este, nas restantes vertentes do povoado ainda são visíveis trechos da muralha, esta estrutura ainda é bem evidente na vertente Oeste, tem cerca de dois metros de largura, encosta aos grandes afloramentos graníticos, é constituída por dois paramentos de pedra miúda, o enchimento é em pedra miúda e terra, ainda nesta encosta parece desenvolver-se outra linha de muralha, não sendo possível descortinar o tipo de aparelho. No estado actual não é possível identificar qualquer estrutura doméstica, apenas identificar algumas pedras amontoadas sem qualquer alinhamento.

Na parte mais elevada do povoado, na acrópole, é onde se encontra maior número de fragmentos cerâmicos, de paredes espessas, pastas arenosas e micáceas, os barros são pouco depurados tendo uma cor alaranjada. Surgem também cerâmicas de atmosfera redutora de pasta escura e paredes finas, apresentando cozedura razoável, bastante mica como desengordurante.

Esta estação arqueológica apresenta um razoável estado de conservação.

Castros visíveis a partir deste povoado: S. Mamede de Penafiel; Serra Santo Tirso; Pena Província; Castro Taíde; Monte Castro (Brunhais); Castro Anissó; Monte do Castelo (Rossas); Castro de Lanhoso; Monte de Calvos; Citânia de Briteiros; Monte Santa Iria; Castelo de Baixo (Garfe).

Bibliografia:

REGALO 1991; SILVA A.C.F.S. 2007, p.127

17 – Travassos (Leiradela)

Castro de Leiradela

Latitude 41°35'12,58"N; Longitude 8°11'25,29" O; Altitude 400 metros (Folha 57 – 1:25000)

O acesso a este local faz-se a partir da freguesia de Travassos em direcção a Vieira do Minho (EM 599), no lugar de Leiradela existe uma recta, no final da recta virar à esquerda para um caminho florestal.

Este castro assenta numa encosta com um suave declive.

A altitude máxima deste lugar é 408 metros, aí, desenvolve-se uma considerável plataforma, não possui condições naturais de defesa. Nesta encosta nasce uma linha de água afluente do Ave. Na vertente Norte existe um pequeno vale, que poderia ser explorado por esta comunidade.

Não existe qualquer tipo de estrutura defensiva, a densa vegetação e o plantio de eucaliptos torna a visibilidade reduzida.

Encontramos escassos fragmentos cerâmicos na encosta Sul, de pastas alaranjadas de paredes finas, de cozedura razoável, com alto teor de mica e areia.

Encontra-se em mau estado de conservação.

Relativamente a este povoado, temos as nossas reservas, não nos foi possível identificar qualquer tipo de estrutura, contudo, optamos pela sua inclusão no inventário.

Castros visíveis a partir deste povoado: Alto do Santinho; Monte Castro (Brunhais).

Bibliografia:

SILVA A.C.F.S. 2007, p.127

III – Guimarães

18 – Fermentões

Monte de Santa Eulália

Latitude 41°27'09,22"N; Longitude 8°19'14,51" O; Altitude 280 metros (Folha 85 – 1:25000)

Da freguesia de Fermentões partir em direcção à igreja paroquial, 100 metros a cima desta, apanhar um caminho florestal que nos leva até ao cimo do monte.

Povoado assente no cume do Monte de Santa Eulália.

Esta formação montanhosa atinge os 285 metros de altitude, ai, apresenta uma plataforma onde se desenvolve o povoado. Nas suas encostas nascem três linhas de água, duas tributárias do Selho e uma do Ave.

Apresenta boas condições naturais de defesa.

Por ser um povoado de altitude, certamente a principal actividade de subsistência era a pastorícia.

Na visita ao local não foi possível detectar estruturas defensivas.

É um local extremamente revolvido pela sistemática plantação de eucaliptos, em virtude desta consequência não detectamos qualquer tipo de alinhamento, ou estruturas domésticas.

Pelo terraço é possível detectar alguns fragmentos cerâmicos alaranjados de paredes espessas, com pastas arenosas e micáceas, de barros pouco depurados.

Com o sistemático plantio de eucaliptos, este local está bastante destruído.

Castros visíveis a partir deste povoado: S. Mamede de Penafiel; pelas inúmeras árvores, é impossível avistar os restantes povoados.

Bibliografia:

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/sitios/?sid=sitios.resultados&pag=1>

SILVA A.C.F.S. 2007, p.130; S.M.S. 1998

Castro de Gonça

Latitude 41°31'00,95"N; Longitude 8°14'35,46" O; Altitude 550 metros (Folha 71 – 1:25000)

Na freguesia de Gonça seguir a EM 603, no lugar de Carvalhal tomar um caminho florestal até Lajedas, no cume da serra.

O castro localiza-se numa plataforma inferior, virada para a freguesia de Gonça, no ponto mais alto está um marco geodésico.

Trata-se de uma serra de enormes proporções com 556 metros de altitude, na vertente Oeste está a lavrar uma pedreira, não tarda, sucumbe o povoado, Na encosta Sul nasce o rio Selho, subsidiário do Ave, na encosta Norte, nasce uma linha de água tributária do Ave.

Este povoado possui excelentes condições de defesa nas vertentes Este, Oeste e Sul, na encosta Norte existe um pequeno planalto.

Possivelmente era um povoado que se dedicava à pastorícia.

Pela densa vegetação (mato), não nos foi possível vislumbrar qualquer estrutura defensiva.

Num caminho florestal adjacente é possível identificar algumas pedras afeiçoadas.

Neste mesmo caminho florestal foi possível identificar alguns fragmentos de cerâmica de cor alaranjada de pastas arenosa de barro pouco depurado, de paredes espessas, foi ainda possível detectar cerâmica acinzentadas de paredes mais finas, pasta mais depurada, com poucos desengordurantes, apresentando uma boa cozedura.

Pela grande quantidade de vegetação, não foi permissível avaliar o seu estado de conservação.

Castros visíveis a partir deste povoado: Pena Província; Serra Santo; S. Mamede de Penafiel; Citânia de Briteiros; Monte Santa Iria; Bouça do Campo Novo (Pinheiro); Castelo de Baixo (Garfe).

Bibliografia:

SILVA A.C.F.S. 2007, p.129; S.M.S. 1998

20 – Pencilo

Monte de Santiago

Latitude 41°28'38,35"N; Longitude 8°17'54,53" O; Altitude 387 metros (Folha 71 – 1:25000)

Da freguesia de Pencilo, tomar a EN 309 em direcção a Prazins (Stº Tirso), do lado esquerdo da estrada vai surgir um caminho florestal, passados 100 metros, o povoado surge do lado direito no topo do monte.

O povoado desenvolve-se no cume do monte.

Este monte tem como altitude máxima 393 metros, nas imediações nascem três linhas de água, uma subsidiária do Ave e duas tributárias do Selho.

As suas vertentes muito íngremes proporcionam-lhe excelentes condições naturais de defesa.

Seria a pastorícia a principal actividade de subsistência deste povoado.

Na vertente Este, virada a S. Torcato, parece desenvolver-se uma estrutura defensiva, com um metro de espessura, pela vegetação não nos foi possível perceber se encosta aos vários afloramentos.

A espessa manta morta impediu-nos de visualizar qualquer estrutura doméstica.

Pela encosta Este, foi-nos possível identificar inúmeros fragmentos cerâmicos, já Francisco Martins Sarmento referia a enorme abundância de cacos e telhas. Surgem bastantes cerâmicas comuns romanas, mas também fragmentos de cerâmica escura de paredes finas de cozedura redutora, com muita mica e grãos de areia como desengordurantes.

Pela vasta vegetação, é impossível avaliar-nos o estado de conservação, mas aparentemente parece-nos bastante destruído.

Castros visíveis a partir deste povoado: S. Mamede de Penafiel; pelas inúmeras árvores, é impossível avistar os restantes povoados.

Bibliografia:

SILVA A.C.F.S. 2007, p.130; S.M.S. 1998

21 – Salvador (Briteiros)

Citânia de Briteiros

Latitude 41°31'37,02"N; Longitude 8°18'51,01" O; Altitude 336 metros (Folha 71 – 1:25000)

Do centro de Salvador de Briteiros tomar a EN 309, ao km 55 deparamo-nos com a Citânia.

A Citânia assenta num esporão sobranceiro ao rio Ave.

A altitude máxima deste povoado é de 336 metros, nas encostas do Monte de São Romão nasce apenas uma linha de água, tributária do Ave.

Esta comunidade dedicava-se a várias actividades de subsistência, pela proximidade do Ave, exploravam os recursos piscatórios, a agricultura era uma prática recorrente pelos extensos vales férteis sobranceiros ao Ave, a pastorícia pelas serras envolventes também fazia parte do quotidiano desta comunidade.

Este povoado revela quatro linhas de muralhas apresentando ainda dois fossos escavados na rocha.

Possui mais de cento e cinquenta estruturas domésticas de planta circular, elíptica e quadrangular, agrupadas em núcleos familiares.

Dos vários fragmentos cerâmicos que surgem pelo povoado, importa destacar as cerâmicas de fabrico à roda, de pastas grosseiras com desengordurante micáceo, e de fabrico local (Silva 1996, p. 134).

Pelas sucessivas reconstruções, a Citânia apresenta um bom estado de conservação.

Os primeiros trabalhos arqueológicos remontam ao ano de 1875, quando Francisco Martins Sarmento iniciou a primeira escavação arqueológica, seguindo-se inúmeras intervenções ao longo dos anos, por este pioneiro da Arqueologia em Portugal, desde então a Citânia de Briteiros tem sido escavado por diversos Arqueólogos.

Castros visíveis a partir deste povoado: Castro de Anissó; Monte Castro (Brunhais); Castelo de Baixo (Garfe); Monte Santa Iria; Castro de Taíde; Alto do Santinho; Castro de Gonça.

Bibliografia:

LEMOS *et alli* 2007; Relatórios de escavações: Sarmento 1902/05 (diários); Ribeiro 1930/34; Cardozo 1936/ 1968; Silva A.C.F.-Centeno 1977; Centeno-Silva A.C.F. 1978; SILVA A.C.F.S. 1996, p.134-135; SILVA A.C.F.S. 2007; S.M.S. 1998

22 – S. Torcato

Castro de S. Torcato

Latitude 41°29'23,08"N; Longitude 8°16'25,16" O; Altitude 400 metros (Folha 71 – 1:25000)

Na freguesia de S. Torcato, tomar a estrada em direcção a Vilar, vai surgir um corte à esquerda, no final dessa estrada existe um cruzamento, aí apanhar o caminho florestal à esquerda, o povoado está no alto desse monte.

O castro localiza-se no ponto mais elevado do monte do Castelo, dispersa-se pela plataforma que existe no cume.

O monte do Castelo é uma serra de dimensões razoáveis, existem duas elevações, uma com 400 metros de altitude, onde assenta o povoado, outra com 398 metros de altitude. Nas suas encostas nascem três linhas de água, todas subsidiárias do Selho.

Este monte possui excelentes condições naturais de defesa, pelas vertentes acentuadas que possui.

Pela topografia do terreno, este povoado certamente dedicava-se à prática da pastorícia.

A Sul do povoado ainda é possível avistar-se um alinhamento, presumimos tratar-se de uma linha de muralha que encosta aos grandes afloramentos, mas como a estrutura está muito coberta de terra e vegetação, não nos foi possível detectar o tipo de aparelho construtivo.

Na plataforma onde se desenvolve o povoado, foi possível identificarmos vários alinhamentos de pedras e derrubes, não definindo qualquer estrutura.

O espólio nesta plataforma é muito escasso, apenas surgem alguns fragmentos de cerâmica escura cozida em ambiente redutor com alto teor de desengordurantes (mica e areia).

Pelos inúmeros alinhamentos ainda visíveis, podemos considerar este povoado em bom estado de conservação.

Castros visíveis a partir deste povoado: Existe vegetação que nos impede de avistar os povoados.

Bibliografia:

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/sitios/?sid=sitios.resultados&pag=1>

CUNHA A. R. 1975 p. 527; SILVA A.C.F.S. 2007, p.129; S.M.S. 1998

8 – Considerações Finais

Durante o I Milénio a.C. manifestou-se uma forte implantação das comunidades castrejas ao longo da bacia hidrográfica do Ave. O baixo Ave por ser uma área de planícies, propício à exploração dos vales férteis, conta com 41 povoados (Dinis 1993, 30-102), enquanto que o alto Ave, mais montanhoso, com 22 estações arqueológicas.

A comunicação dos povoados, fixados no alto Ave com o litoral, possivelmente, fazia-se pelo rio Ave. Este rio, no seu trajecto inicial, exhibe um percurso muito sinuoso dificultando por isso a sua navegabilidade, provavelmente, possível até à freguesia de Taíde, *Desta freguesia até à sua origem se faz inavegavel ainda de qualquer especie de embarcação por ter grande penedia e prezas de moinhos a cada passo (...)* (Capela 2003, 408), onde existe o topónimo Porto D`Ave, sugestivo a um porto marítimo em época castreja.

Apesar de as referências apontarem para a ausência de ouro no Ave, *Não consta que em tempo algum delle se tirasse ouro (...)* (*idem*, 410), acreditamos que nesta região poderiam ter sido exploradas algumas jazidas de ouro a julgar pelo aparecimento de três torques no Castro de Lanhoso de meticuloso trabalho em filigrana (Teixeira 1939, 245-252), arte que, actualmente, ainda labora na freguesia de Travassos, Póvoa de Lanhoso.

A escassez de intervenções arqueológicas, nesta região, impediu uma profunda análise aos povoados fortificados. Deixamos aqui o apelo à realização de futuros trabalhos arqueológicos e que, esta modesta obra contribua de alguma forma.

9 – Bibliografia

ALARCÃO, J., 1996, *De Ulisses a Viriato: O primeiro milénio a.C.*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

ALMAGRO GORBEA, M., 2009, Los “guerreros lusitano-galaicos” y su significado socio-ideológico, *Actas do Colóquio Internacional; Guerreiros Castrejos; Deuses e heróis nas alturas do Barroso*, Câmara Municipal de Boticas, Boticas, p. 9-34.

ALMEIDA, C. A. B.; ALMEIDA, A. P., 2008, *Castro de S. Lourenço*, Câmara Municipal de Esposende.

ALMEIDA, C. A. F., 1974, Influências Meridionais na Cultura Castreja, *Revista Faculdade de Letras*, Série História, 4, Porto, p. 5-15.

ARAÚJO, A. P., 1990, *A Bacia Hidrográfica do Rio Ave: Monografias sobre as Bacias Hidrográficas do Norte de Portugal*, Direcção Geral dos Recursos Naturais, Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais, (S.L.).

AZEVEDO, A., 1946, O “Monumento Funerário” da Citânia (nova interpretação), *Revista de Guimarães*, 56 (1-2), Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, p. 150-164.

BETTENCOURT, A. M. S., 1993/1994b, A ocupação da Idade do Bronze no Castro de Lanhoso (Póvoa de Lanhoso – Braga), *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 10-11, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga, p. 153-180.

BETTENCOURT, A. M. S., 1995, Dos Inícios aos Finais da Idade do Bronze no Norte de Portugal, *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*, Lisboa, p. 110-115.

BETTENCOURT, A. M. S., 2000, O povoado de Santa Marta da Falperra (Braga) nos finais da Idade de Bronze e na transição para a Idade do Ferro, *Estações da Idade do Bronze e Inícios da Idade do Ferro da Bacia do Cávado (Norte de Portugal)*, *Cadernos de Arqueologia*, Monografias 11, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga, p. 141-159.

BETTENCOURT, A. M. S., 2000c, A ocupação da Idade do Bronze no Castro de Lanhoso (Póvoa de Lanhoso), *Estações da Idade do Bronze e Inícios da Idade do Ferro da Bacia do Cávado (Norte de Portugal)*, *Cadernos de Arqueologia*, Monografias 11, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga, p. 85-97.

BETTENCOURT, A. M. S., 2008, Práticas Funerárias da Idade do Bronze de Trás-os-Montes e da Galiza Oriental, *Congresso Transfronteiriço de Arqueologia: Revista Aquae Flaviae* nº 41, Grupo Cultural Aquae Flaviae, Montalegre, p. 11-23.

BETTENCOURT, A. M. S.; CARVALHO, H. P. A., 1993/1994a, Estátua sedente e cabeça de guerreiro galaico da região de Braga, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 10-11, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga, p. 279-291.

BRITO, R. S., 1993, Introdução Geográfica in *História de Portugal* (coord. José Mattoso), Vol. 1, Editorial Estampa, Lisboa.

CARDOZO, M., 1931, A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros e a interpretação da “Pedra Formosa”, *Revista de Guimarães*, Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, 41 (1-2), 1931, p. 55-60; 41 (3), 1931, p. 201-209; 41 (4), 1931, p. 250-260.

CARDOZO, M., 1935, Possível identificação do primitivo local da “Pedra Formosa”, na Citânia de Briteiros, *Revista de Guimarães*, 45 (3-4), Guimarães, p. 150-153.

CARDOZO, M., 1968, Novo achado da Idade do Bronze na estação arqueológica da Penha (Guimarães), *Revista de Guimarães*, Vol. LXXVIII, Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, p. 274-281.

COFFYN, A., 1985, *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Diffusion de Boccard, (Publications du Centre Pierre Paris, 11), Paris.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO NORTE, 1979, *Contribuição para o estudo da qualidade das águas da Bacia Hidrográfica do Rio Ave: Relatório Final*, Ministério da Administração Interna, Porto.

CONTRERAS, A. E. L., 2006, La Dama de Baza: Hemerografía, *Lucentum*, XXV, Universidad de Alicante, Departamento de Prehistoria, Arqueología, Historia Antigua, Filología Latina y Filología Griega, Alicante, p. 125-137.

COSTA, A. J., 2000, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*, Vol. II, 2ª Edição, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, Braga.

COSTA, F. S., 2007, *A Gestão das Águas Públicas – O caso da Bacia Hidrográfica do Rio Ave no período 1902-1973*, Braga, (diss. Doutoramento, policop.).

CRAESBEECK, F. X. S., 1992, *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no Ano de 1726*, Volume I, Edições Carvalhos de Basto, Lda., Ponte de Lima.

CUNHA, A. R., 1975, Trepando aos Montes, *O Distrito de Braga*, 2ª Série, 1 (1-4), Braga, p. 485-535.

DAVEAU, S., 1995, *Portugal Geográfico*, João Sá da Costa, Lisboa.

DINIS, A. P., 1993, *Ordenamento do Território da bacia do Ave no I milénio a.C.*, Porto, (diss. Mestrado, policop.).

DINIS, A. P., 2002, O balneário do Alto de Quintãs (Póvoa de Lanhoso, Norte de Portugal): Um novo caso a juntar ao livro negro da arqueologia de Entre-Douro-e-Minho, *Mínia*, 3ª Série, 10, Braga, p.159-179.

DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS, 1942, *O Castelo de Lanhoso*, Nº 29, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Porto.

FERNÁNDEZ, F. L., 1953, Sobre la interpretación de los monumentos com “pedras formosas”, *Archivo Español de Arqueología*, 26 (88), Madrid, p. 379-384.

FERNÁNDEZ, F. L., 1954, Interpretación de la “Piedra Formosa” de Briteiros, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 9 (27), Santiago de Compostela, p. 15-33.

FERNÁNDEZ, F. L., 1955, La “Pedra Formosa” de Briteiros, *III congreso Arqueológico Nacional* (Galicia 1953), Zaragoza, p. 372-374.

FERREIRA, J. C.; ASSIS, F., 2007, *Património de Vieira*, Empresa do Diário do Minho, Lda., Câmara Municipal de Vieira do Minho, Vieira do Minho.

FONTES, L.; Roriz, A., 2007, *Património Arqueológico e Arquitectónico de Vieira do Minho*, Município de Vieira do Minho, Vieira do Minho.

GARCÍA Y BELLIDO, A., 1946, El Casco de Lanhoso, *Archivo Español de Arqueología* 19, nº 65, Gabinete de Antigüedades de la Real Academia de la Historia, p. 356-358.

GOMEZ-TABANERA, J. M., 1980, Aspectos de la cultura castreña en sus manifestaciones en Asturias y de los modos de producción en las sociedades protohistóricas del NW de la Península Ibérica, *I Seminário de Arqueologia de Noroeste Peninsular*, 2, Guimarães, p. 87-110.

GONÇALVES, A. J. B., 2006, *Geografia dos Incêndios em Espaços Silvestres de Montanha – O caso da Serra da Cabreira*, Braga, (diss. Doutoramento, policop.).

JORGE, S. O., 1983/1984, Aspectos da Evolução Pré-Histórica do Norte de Portugal durante o III.º e o II.º milénio a.C., *Portugalia*, Nova Série, Vols. IV/V, Instituto de Arqueologia, Porto, p. 97-109.

JORGE, S. O., 1985, Povoados da Pré-História recente do Norte de Portugal (III.º e começos do II.º milénios a.C.): Resultados e Problemas dos últimos anos, *Revista da Faculdade de Letras*, História, II Série, Vol. II, Porto, p. 297-306.

JORGE, S. O., 1986, *Povoados da Pré-História Recente da Região de Chaves – Vila Pouca de Aguiar*, Porto, (diss. Doutoramento, policop.).

JORGE, S. O., 1991, Idade do Bronze: Apontamentos sobre a natureza dos dados arqueológicos, *Revista da Faculdade de Letras*, História, II Série, Vol. VIII, Porto, p. 385-391.

JORGE, S. O., 1996/1997, Diversidade regional na Idade do Bronze da Península Ibérica (Visibilidade e opacidade do “registo arqueológico”), *Portugalia*, Nova Série, Vols. XVII-XVIII, Instituto de Arqueologia, Porto, p. 77-96.

JORGE, S. O., *et alii*, 2004, Reflexões preliminares a propósito de formas de organização do espaço e de técnicas de construção em sítios pré-históricos recentes (Calcolítico/I. Bronze) do tipo de Castelo Velho e de Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa) – semelhanças e diferenças em relação às construções megalíticas e afins, *Portugalia*, Nova Série, Vol. XXV, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Porto, p. 53-73.

LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL, 1985, *Caracterização do regime de precipitação da Bacia Hidrográfica do rio Ave: Metodologias para a avaliação de políticas de recursos hídricos: NATO PO – WATERS, NHHF Proc. 62/12/7850*, Ministério do Equipamento Social, LNEC, Lisboa.

LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL, 1986, *Caracterização geral da Bacia Hidrográfica do rio Ave: Metodologias para a Avaliação de Políticas de Recursos Hídricos, NHHF Proc. 62/5/7850*, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, LNEC, Lisboa.

LEMOS, F. S.; CRUZ, G., 2007, *Citânia de Briteiros: Povoado Proto-histórico*, Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães.

MARTINS, M., 1990, O povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado, *Cadernos de Arqueologia – Monografias*, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.

MONTEAGUDO, L., 1952, Monumentos propiedad de lá Sociedad Martins Sarmiento, *Archivo Español de Arqueologia*, 25 (85), Madrid, p. 112-116.

NORONHA, F., 2003, *Geologia de Verão: Cabreira – Serra Granítica*, Associação Portuguesa Geólogos, Câmara Municipal de Vieira do Minho, p. 1-22.

PALIMPSESTO, 2006, Desmatção e Limpeza, Acompanhamento Arqueológico e Prospecção, *I Fase do Projecto de Valorização da Via XVII – Póvoa de Lanhoso*, Relatório Final de Intervenção, Póvoa de Lanhoso.

PEÑA SANTOS, A.; VÁZQUEZ VARELA, J. M., 1996, Aspectos de la génesis y evolución de la cultura castrexa de Galicia, *Complutum Extra*, 6, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, p. 255-262.

PEREIRA, E., 1992, *Carta Geológica de Portugal; Escala 1/200 000; Notícia Explicativa da Folha 1*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

PEREIRA, V. L. V. O., 2005, *Evolução Hidroquímica em áreas adjacentes a locais de depósito de resíduos sólidos*, Braga, (diss. Mestrado, policop.).

QUEIROGA, F. R.; DINIS, A. P., 2008/2009, O Balneário Castrejo do Castro das Eiras, *Portugalia*, Nova Série, Vol. XXIX-XXX, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Porto, p. 139-147.

REGALO, H.; BRITO, M., 1991, Carta Arqueológica da Póvoa de Lanhoso, *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, p. 117-121.

RIBEIRO, O., 1989, *Opúsculos Geográficos*, VI Volume: Estudos Regionais, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S., 1987, *Geografia de Portugal*, João Sá da Costa, Lisboa.

SARMENTO, F. M., 1888, Materiaes para a archeologia do concelho de Guimarães, *Revista de Guimarães*, Vol. V, Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, p. 109-121.

SARMENTO, F. M., 1999, *Antíqua: Apontamentos de Arqueologia*, Leitura, fixação do texto, organização, apresentação e índices, António Amaro das Neves, Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães.

SILVA, A. C. F., 1982, Novos dados sobre a organização social castreja, *Portugalia*, Nova Série, 2-3, Instituto de Arqueologia, Porto, p. 83-94.

SILVA, A. C. F., 1983/1984, A cultura castreja no Noroeste de Portugal: habitat e cronologias, *Portugalia*, Nova Série, 4-5, Instituto de Arqueologia (Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste), Porto, p. 121-129.

SILVA, A. C. F., 1990, Influências orientalizantes na formação da cultura castreja do Noroeste peninsular, *Estudos Orientais*, 1, Instituto Oriental, Lisboa, p. 135-155.

SILVA, A. C. F., 1995, A evolução do habitat castrejo e o processo de proto-urbanização no Noroeste de Portugal durante o I milénio a.C., *Revista da Faculdade de Letras*, História, II Série, Volume XII, Porto, p. 505-546.

SILVA, A. C. F., 1996, A Citânia de Briteiros, *De Ulisses a Viriato: O primeiro milénio a.C.*, 1, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, p. 134-135.

SILVA, A. C. F., 1999, A cultura castreja no Norte de Portugal, *Revista de Guimarães*, Volume Especial I, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, p. 111-132.

SILVA, A. C. F., 2007a, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, 2.^a Edição, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.

SILVA, A. C. F., 2007b, Banhos Castrejos do Norte de Portugal: O monumento do Alto das Eiras, *Pedra Formosa: Arqueologia Experimental – Vila Nova de Famalicão*, CMVNF, MNA, Vila Nova de Famalicão, p.21-61.

SILVA, A. C. F.; MACIEL, T. D. P., 2004, Balneários castrejos do Noroeste peninsular: Notícia de um novo monumento do Castro de Roques, *Portugalia*, Nova Série, Vol. XXV, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Porto, p.115-128.

SILVA, M. F. M., 2008, A evolução cronológica da cultura castreja e os modelos interpretativos sócio-culturais: ensaio de síntese, *Arqueologia y Territorio*, nº 5, Granada, p. 49-77.

SILVA, M. M S.; SANTOS, P. J. M., 1988/1989, As cerâmicas tipo Penha do Museu da Sociedade Martins Sarmento – Guimarães (estudo tipológico), *Portugalia*, Nova Série, Vols. IX-X, Instituto de Arqueologia, Porto, p. 63-71.

SIMÕES, J. S. *et alii*, 1999, *Arte Castreja do Norte de Portugal: Catálogo da Exposição*, Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, p. 1-41.

SOCIEDADE MARTINS SARMENTO, 1998, *Carta Arqueológica do Concelho de Guimarães*, 1ª Fase, S.M.S., Guimarães.

TEIXEIRA, C., 1939, Os torques do Castro de Lanhoso (Póvoa de Lanhoso), *AFCP*, 24 (4), p. 245-252.

TEIXEIRA, C., 1940, O Castro de Lanhoso e o seu espólio, *CMP*, 1, p. 515-529.

TEIXEIRA, C., 1973, *Carta Geológica de Portugal na Escala de 1/50 000* (Folha 5-D, Braga), Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

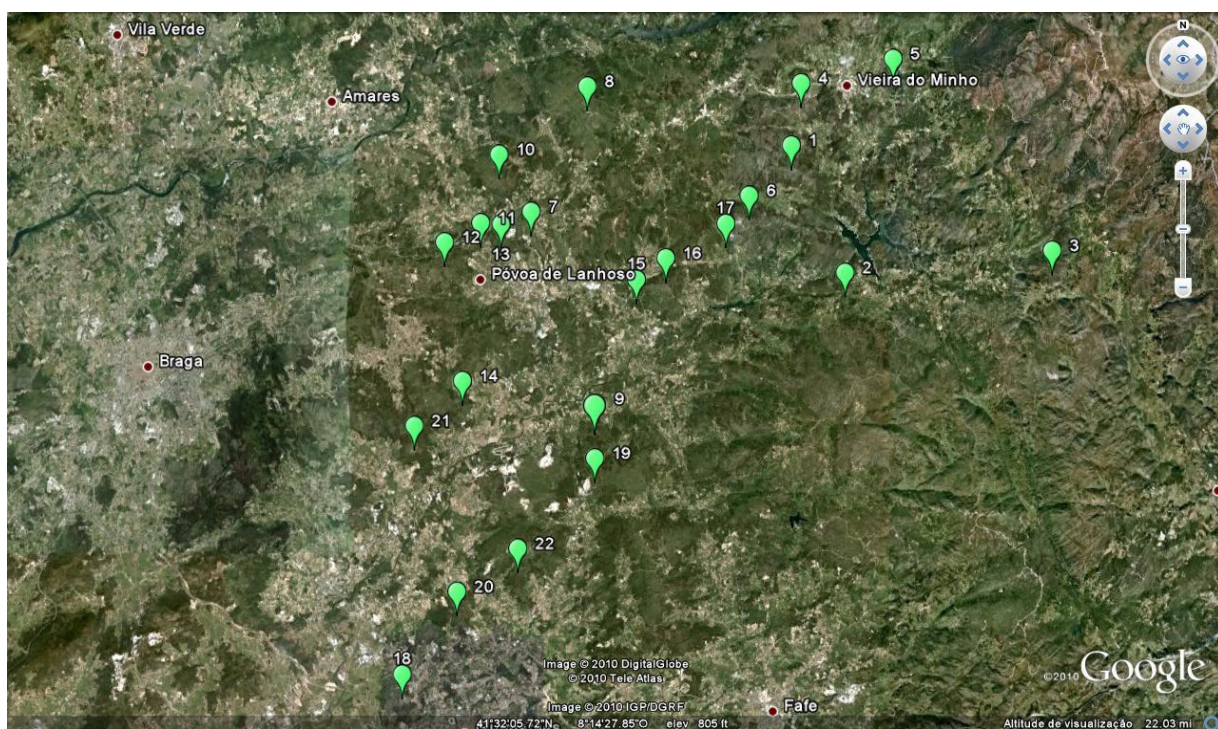
VASCONCELLOS, J. L., 1895, Castros (Definição e Classificação), *O Archeologo Português*, Vol I, Museu Ethnographico Português, Lisboa, p. 3-7.

VIEIRA, J. M., 1886, Citânia de Briteiros, *Minho Pitoresco*, Tomo I, Livraria António Maria Pereira, Lisboa, p. 1-11.

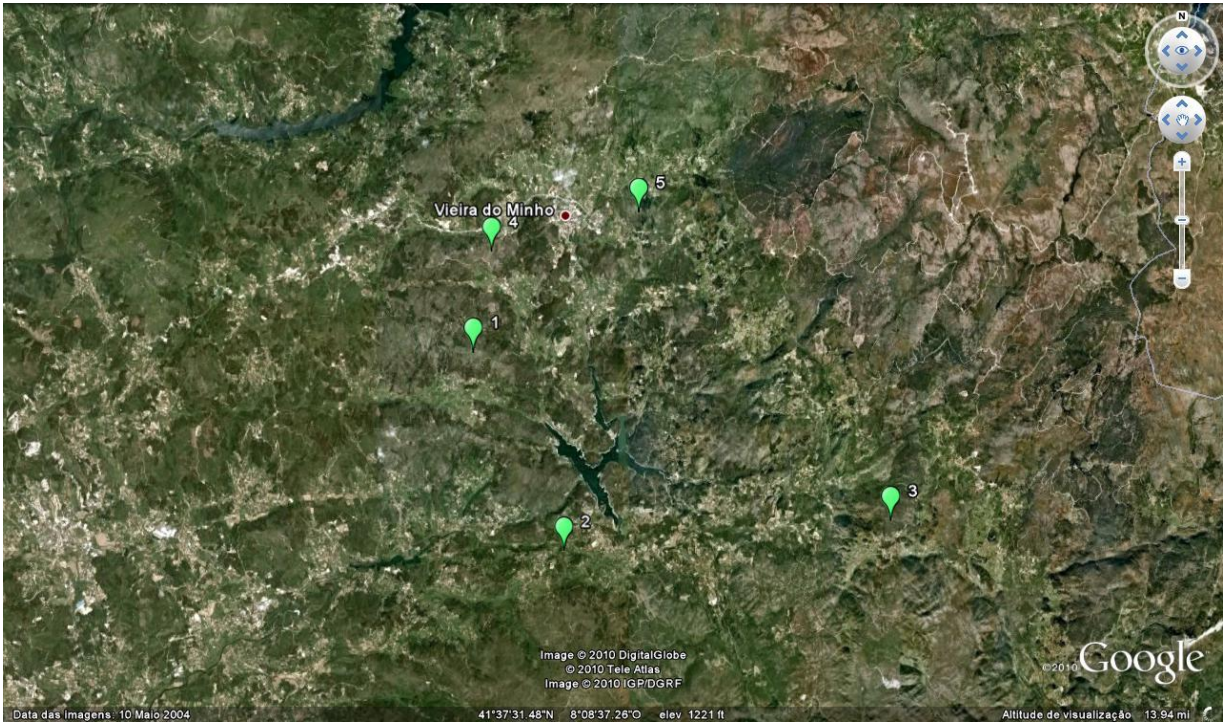
10 – Anexos



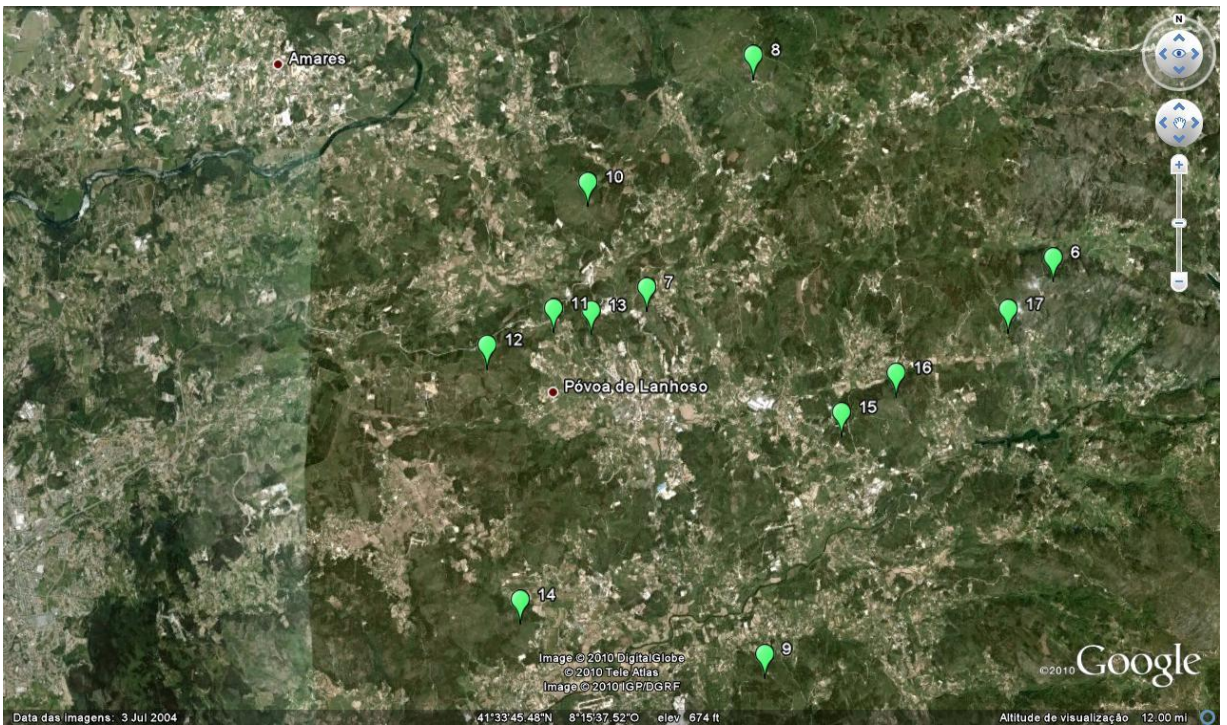
Anexo I – Área estudada.



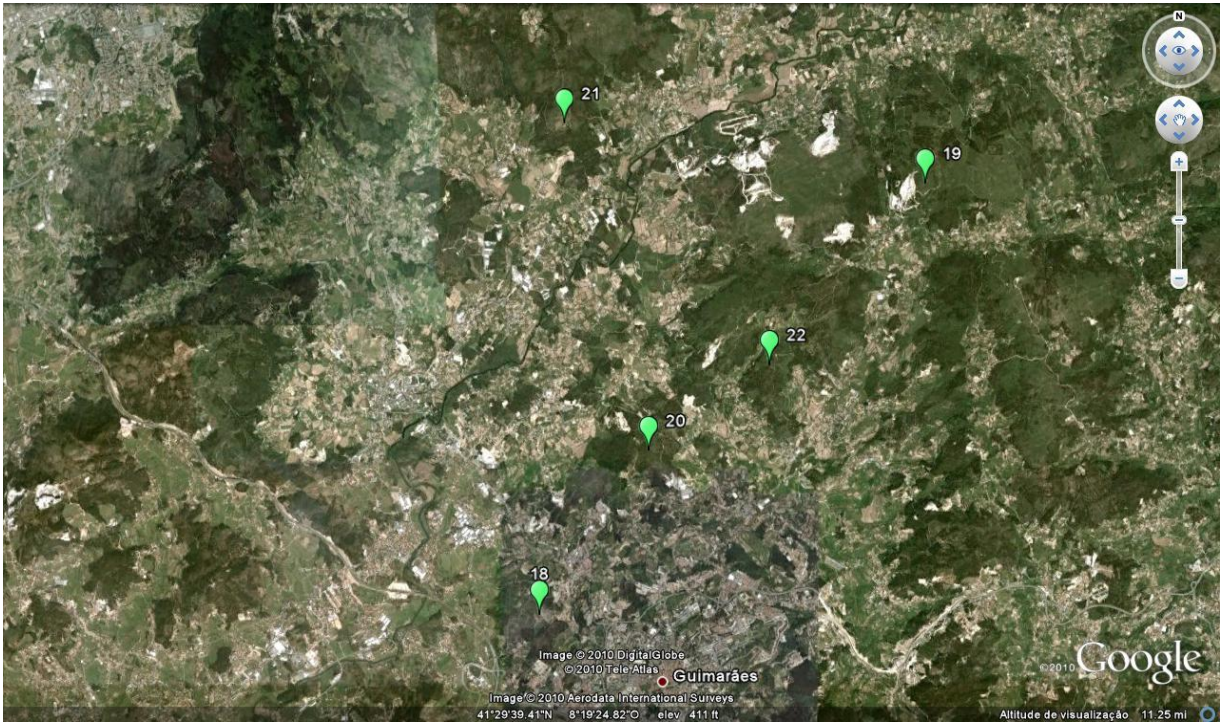
Anexo II – Localização dos Povoados.



Anexo III – Povoados Vieira do Minho.



Anexo IV – Povoados Póvoa de Lanhoso.



Anexo V – Povoados Guimarães.